

CONCORRÊNCIA

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
(080002)

OBJETO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de fiscalização de execução de obras, com o objetivo de apoiar e subsidiar a equipe de fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT-11) no acompanhamento e controle da execução do remanescente da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM).

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.580.122,68

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

MODO DE DISPUTA:

Fechado.

PREFERÊNCIA EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO	7
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	13
9. DOS RECURSOS.....	13
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

EDITAL

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
(Processo Administrativo nº MA – 1642/2026)**

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos, sediado à Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, Bairro: Praça 14 de Janeiro - CEP: 69.020-130, Manaus/AM, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é prestação de serviços de técnicos especializados de fiscalização de execução de obras, com o objetivo de apoiar e subsidiar a equipe de fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11) no acompanhamento e controle da execução do remanescente da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:



- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.10.1.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. **O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:**
- 5.1.1 **Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante – ECTO.**
- 5.1.2 **Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante – ECTP.**
- 5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.2.1 Valor unitário e total do item.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Na presente licitação, a Empresa de Pequeno Porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (**cento e oitenta**) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.5.1 SICAF;
- 6.5.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;



6.5.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)

6.5.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.5.5 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta aos cadastros quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que:

6.10.1 contiverem vícios insanáveis;

6.10.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo VI do Termo de Referência**.

6.13. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

6.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

6.14.1 $[NT = \text{Nota Técnica (nota da ECTO + nota da ECTP)} / 100]$



6.15. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.16. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.17.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.17.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.18. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.18.1 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.20. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.20.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.21. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.21.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.22. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.23. O licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.23.1 Declaração de Vínculo Empregatício conforme modelo constante do ANEXO I do Edital.

6.24. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.



6.25. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (0,7 * NT + 0,3 * NP) * 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.26. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.27. Uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.27.1 Nessas condições, as propostas de empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.27.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.27.3 Caso a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.27.4 No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.27.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.28. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.28.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.28.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.28.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.28.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.28.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.28.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.28.2.2. empresas brasileiras;

6.28.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.29. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.30. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.30.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.30.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.31. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.32. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A avaliação prévia do local de execução é facultativa, mas importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. O licitante deve atestar, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.7.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme item 4.59 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.7.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

7.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



7.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de



proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comissao.licitacao@trt11.jus.br; ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. Tefé, 930, Praça 14 de Janeiro, Manaus – AM, CEP: 69.020-130, 1º andar, sala 102, Seção de Licitações, 8:30h até às 15h30 (horário de Brasília).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. À presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

12.1.1 A anulação do Pregão induz à do contrato.

12.1.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato

12.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.trt11.jus.br/index.php/transparencia/aquisicoes/listar-licitacao>.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 Anexo I - Modelo de Declaração de Vínculo Empregatício

12.12.2 Anexo II - Termo de Referência;

12.12.2.1. Apêndice I do Anexo II – Orientações Gerais para Apresentação da Proposta ;

12.12.2.2. Apêndice II do Anexo II – Histórico e Contextualização Técnica da obra;

12.12.2.3. Apêndice III do Anexo II – Equipe Técnica e Recursos Tecnológicos;

12.12.2.4. Apêndice IV do Anexo II – IMR;

12.12.2.5. Apêndice V do Anexo II – Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, BDI;

12.12.2.6. Apêndice VI do Anexo II – Critério de Pontuação da Nota Técnica;

12.12.2.7. Apêndice VII do Anexo II – Termo de Justificativas Relevantes;



- 12.12.2.8. Apêndice VIII do Anexo II – Escopo dos Serviços e critérios de medição e aceitação;
- 12.12.2.9. Apêndice IX do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;
- 12.12.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Manaus-AM, 02/02/2026.

LARA SIMONE OSÓRIO CHAVES
Diretora da Coordenadoria de Licitações e Contratos



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026
(Processo Administrativo n.º MA-1642/2026)

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Declaramos em atendimento ao solicitado no **Edital da Concorrência Eletrônica nº. 90001/2026**, para fins de contratação, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços/fornecimento de materiais com este Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região que não contratamos empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT da 11ª Região, nos termos da resolução nº. 7/2005 e suas alterações, do Conselho Nacional de Justiça.

Local e Data

Assinatura e carimbo (representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026
(Processo Administrativo n.º MA-1642/2026)

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

TERMO DE REFERÊNCIA

GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA OBRA DO NOVO FÓRUM TRABALHISTA DE MANAUS - NFTM (Processo Administrativo nº 385/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de fiscalização de execução de obras, com o objetivo de apoiar e subsidiar a equipe de fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT-11) no acompanhamento e controle da execução do remanescente da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM).
- 1.2. A finalidade dos serviços é assegurar a estrita conformidade da obra com os projetos executivos compatibilizados em metodologia BIM, as normas técnicas aplicáveis, os mais elevados padrões de qualidade e segurança, e os requisitos para a obtenção da **certificação de eficiência energética nível "A" (PROCEL Edifica)**, conforme especificado em projeto. Adicionalmente, o serviço visa garantir o cumprimento dos prazos e do orçamento definidos no contrato de execução da obra.
- 1.3. A serem executados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gerenciamento e fiscalização de obras de construção civil.	1341	Unidade	1	R\$ 4.580.122,68	R\$ 4.580.122,68

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.4. Considerando o objeto consistente em fiscalização subsidiária de obra de aproximadamente 25.000 m² e 15 pavimentos, com exigência de modelagem de as built em BIM em LOD 500, obtenção de certificação eficiência energética PROCEL nível A e fiscalização de solução de fachada ventilada com



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

baguete cerâmica, classifica-se a presente contratação como Serviço Especial de Engenharia, nos termos do art. 6º, XXI, “b”, da Lei nº 14.133/2021, em razão da alta heterogeneidade e complexidade técnica envolvidas, que impedem sua padronização como serviço comum de engenharia.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 41 (quarenta e um meses) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- 2.2.1. ID PCA no PNCP: 01671187000118-0-000001/2025
 - 2.2.2. Data de publicação no PNCP: 25/11/2024
 - 2.2.3. Id do item no PCA: ITEM NUEA_2025PCA-89
 - 2.2.4. Classe/Grupo: Serviço de engenharia

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução prevista para atender à necessidade institucional consiste na contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de fiscalização subsidiária, apoiando o Tribunal nas etapas necessárias à conclusão do remanescente da obra do Novo Fórum Trabalhista da 11ª Região. O escopo da fiscalização abrange todas as fases do ciclo de vida do empreendimento, garantindo que as atividades construtivas sejam executadas em conformidade com os projetos executivos atualizados em metodologia BIM, a legislação aplicável e os padrões de qualidade e segurança estabelecidos, bem como visando a obtenção da certificação PROCEL “A” em eficiência energética para o edifício.
- 3.2. O ciclo de vida da fiscalização inicia-se com a atuação nas etapas preparatórias, incluindo a vistoria técnica das condições iniciais da obra, acompanhamento da mobilização do canteiro e análise dos serviços preliminares. Durante a execução das obras civis, de engenharia e instalações, a empresa contratada realizará o contínuo acompanhamento técnico das atividades, com verificação de conformidade quanto às normas técnicas, projetos, especificações, memoriais descritivos e cronograma físico-financeiro aprovado.
- 3.3. A fiscalização subsidiária será responsável pelo monitoramento da aderência dos serviços executados às melhores práticas de engenharia, aos requisitos de sustentabilidade (gestão de resíduos,



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

cumprimento da legislação ambiental) e às metas de desempenho estabelecidas, como a busca pela certificação PROCEL “A” em eficiência energética. As atividades de fiscalização incluirão ainda a checagem dos sistemas construtivos (estruturas, fachadas, instalações elétricas, hidrossanitárias, automação, climatização, elevadores, etc.), validação de medições, gerenciamento de não conformidades, emissão de relatórios técnicos e apoio ao poder público no processo de tomada de decisão.

- 3.4. Em todo o ciclo de vida da obra, a empresa de fiscalização atuará com integração e interface direta no ambiente BIM. Suas responsabilidades incluem o acompanhamento da compatibilização de projetos e a garantia da atualização contínua e progressiva do modelo com as informações de 'como construído' (as-built), concomitantemente à execução dos serviços. Este processo assegurará a rastreabilidade, transparência e eficiência no controle dos insumos, etapas e informações da obra. Ao final dos trabalhos, a contratada consolidará o modelo BIM 'as-built' final, que será utilizado como base para os procedimentos de verificação e aceite definitivo, e orientará a transição para as fases de operação, manutenção e gestão patrimonial do novo edifício.
- 3.5. Deste modo, a solução de fiscalização proposta contempla ações técnicas desde a preparação inicial da obra até a entrega definitiva do empreendimento, assegurando atendimento pleno aos requisitos de desempenho, durabilidade, sustentabilidade e otimização dos recursos públicos empregados, em consonância com as diretrizes institucionais do Tribunal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A CONTRATADA atuará em caráter de gerenciamento e apoio técnico subsidiário, fornecendo subsídios qualificados para a tomada de decisão da equipe de Fiscalização designada pelo TRT11, a qual detém a competência e a responsabilidade legal final pelos atos de fiscalização. As obrigações da CONTRATADA não se confundem com as da empresa Construtora e não eximem nem substituem as responsabilidades dos fiscais servidores do TRT11.

Diretrizes Gerais e Conduta Contratual

- 4.2. **Responsabilidade Técnica e Alocação da Equipe:** Assumir a responsabilidade técnica integral pela qualidade e precisão de seus serviços, mantendo alocada na obra a equipe-chave aprovada na licitação, cujas ARTs/RRTs de fiscalização/gerenciamento deverão ser apresentadas e mantidas válidas.
- 4.3. **Aderência a Manuais e Normas de Referência:** Pautar toda a sua atuação e seus pareceres técnicos pelas melhores práticas da engenharia, pelas normas da ABNT e, em especial, pelas diretrizes e recomendações constantes no *Manual de Obras Públicas – Edificações – Construção* do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), além do Manual de Fiscalização de Obras do TRT11.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 4.4. **Independência e Imparcialidade:** Atuar com total independência e imparcialidade em relação à empresa Construtora, defendendo exclusivamente os interesses técnicos e administrativos do TRT11 na execução da obra.
- 4.5. **Comunicação e Alinhamento Diário:** O Coordenador da CONTRATADA deverá participar de reuniões diárias com a equipe de Fiscalização do TRT11, em horário previamente definido, para fins de nivelamento de informações, planejamento das atividades de verificação do dia e reporte de ocorrências relevantes, garantindo total sinergia entre as equipes.

Apoio à Fiscalização Técnica de Campo (Operacional)

- 4.6. **Verificação da Conformidade Executiva:** Realizar vistorias diárias e sistemáticas em todas as frentes de serviço para verificar a estrita conformidade da execução com os projetos, memorial e normas, observando criticamente:
- 4.6.1 A metodologia construtiva empregada pela Construtora;
 - 4.6.2 Os materiais aplicados, confrontando-os com os especificados;
 - 4.6.3 A qualidade final dos serviços executados.
- 4.7. **Relatórios de Não Conformidade:** Documentar e comunicar formalmente à Fiscalização do TRT11, de forma imediata, qualquer desvio ou não conformidade, fornecendo subsídios técnicos para a notificação da Construtora.

Suporte à Gestão Técnica Especializada

- 4.8. **Gestão e Auditoria da Metodologia BIM:** Atuar como auditora do processo BIM, verificando o cumprimento do Plano de Execução BIM (PEB) pela Construtora e validando, ao final, se os modelos *As Built* entregues correspondem fielmente ao construído e estão em conformidade com o LOD 500.
- 4.9. **Suporte ao Comissionamento de Sistemas:** Subsidiar tecnicamente a Fiscalização do TRT11 durante todo o processo de comissionamento dos sistemas prediais (climatização, automação, elétrica etc.), desde a análise dos planos de teste até o acompanhamento da execução e validação dos resultados.

Gestão da Informação e Elaboração de Relatórios

- 4.10. **Relatório Semanal de Atividades:** Apresentar, ao final de cada semana, relatório sucinto e objetivo contendo, no mínimo:
- 4.10.1 Registro fotográfico datado e comentado das frentes de serviço;
 - 4.10.2 Descrição das atividades executadas e acompanhadas;
 - 4.10.3 Lista de materiais relevantes recebidos e inspecionados;
 - 4.10.4 Levantamento do efetivo de mão de obra;
 - 4.10.5 Tópicos de relevância sobre Saúde e Segurança do Trabalho;
 - 4.10.6 Outras ocorrências e pontos de atenção.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

4.11. **Relatório Mensal Gerencial:** Ao final de cada mês, apresentar relatório consolidado contendo as informações semanais e, adicionalmente:

4.11.1 Gráficos de evolução físico-financeira (Curva "S"), comparando o previsto com o realizado;

4.11.2 Análise crítica do cronograma, classificando o status da obra como "adiantada", "em dia" ou "atrasada", e apontando os desvios.

4.12. **Relatórios Extraordinários:** Elaborar, sempre que solicitado ou diante de eventos relevantes, relatórios técnicos específicos para subsidiar decisões sobre temas como comissionamento de sistemas, análise de falhas, pleitos de aditivos, reajustes, entre outros.

Suporte à Gestão Contratual e Financeira

4.13. **Análise de Medições da Construtora:** Analisar criticamente cada Boletim de Medição apresentado pela Construtora, emitindo ao final um Relatório de Análise de Medição com parecer técnico conclusivo para a Fiscalização do TRT11. A análise deverá contemplar:

4.13.1 Conferência quantitativa e qualitativa dos serviços executados;

4.13.2 Verificação da conformidade documental;

4.13.3 Aferição da regularidade fiscal, trabalhista e tributária da Construtora.

4.14. **Análise de Pleitos Contratuais:** Fornecer subsídios técnicos para a análise de pleitos de aditivos, realizando levantamentos de quantitativos de forma independente e emitindo parecer sobre a pertinência técnica e fática das solicitações da Construtora.

4.15. **Suporte aos Processos Administrativos e Documentais da Obra**

4.16. **Verificação da Documentação para Ordem de Início de Serviço:** Realizar a conferência prévia de toda a documentação apresentada pela Construtora como condição para a emissão da OIS pelo Fiscal do TRT11.

4.17. **Conferência de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT):**

4.17.1 Verificar sistematicamente as ARTs/RRTs de execução da obra e de serviços técnicos subcontratados (elevadores, climatização etc.);

4.17.2 Observar a compatibilidade dos dados, a correta indicação do responsável técnico e a conformidade das atividades descritas com o contrato.

4.18. **Monitoramento do Diário de Obras (DOB):** Acompanhar o correto preenchimento do Diário de Obras pela Construtora, garantindo a fidedignidade dos registros.

4.19. **Suporte ao Encerramento e Recebimento da Obra**

4.20. **Auditoria da Documentação Final:** Realizar a verificação completa da documentação final a ser entregue pela Construtora, atestando se manuais, garantias e projetos *As Built* estão completos e corretos.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 4.21. **Elaboração de Listas de Pendências:** Conduzir vistorias detalhadas para subsidiar os recebimentos provisório e definitivo, elaborando as listas de pendências e serviços a serem corrigidos pela Construtora para análise e ação da Fiscalização do TRT11.

Sustentabilidade

- 4.22. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.22.1 Fiscalizar e assegurar o alinhamento das práticas de execução da obra com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da CONTRATANTE, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e nas demais obrigações legais e normativas de sustentabilidade aplicáveis. Esta obrigação inclui, no mínimo:
 - 4.22.2 Validar o cumprimento, pela empresa Executora da obra, do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), auditando os registros de destinação e os certificados de transporte, conforme a NR 18 e a Resolução CONAMA nº 307/2002.
 - 4.22.3 Instituir processo de verificação da origem dos materiais aplicados na obra, exigindo da empresa Executora a apresentação de certificações de manejo florestal sustentável para produtos de madeira e outras evidências de conformidade socioambiental dos insumos.
 - 4.22.4 Monitorar o cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais do empreendimento.
 - 4.22.5 Compilar e gerenciar toda a documentação comprobatória de desempenho e sustentabilidade dos sistemas e materiais, formando o dossiê necessário para a obtenção do Selo Procel Edificações Nível A.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.23. Na presente contratação será obrigatória a utilização dos softwares indicados no Termo de Justificativas Relevantes.

Subcontratação

- 4.24. É estritamente proibida a subcontratação do **objeto principal** da presente contratação. Entende-se como objeto principal, para fins de vedação à subcontratação, o núcleo intelectual e de coordenação do gerenciamento e da fiscalização, que compreende:
- a) A coordenação geral dos serviços;
 - b) A responsabilidade técnica pelas análises e pareceres de engenharia;
 - c) A gestão do cronograma físico-financeiro e aprovação de medições.

Permissões Excepcionais: Fica admitida a subcontratação exclusiva de serviços de apoio técnico especializado para a execução de **ensaios de desempenho e controle tecnológico**.

Requisitos para Subcontratação de Ensaios: Para a subcontratação permitida, a Contratada deverá:



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- a) Submeter à subcontratação a aprovação prévia da Administração;
- b) Demonstrar que a subcontratada possui as certificações (ex: Inmetro/Cgcre) ou as condições técnicas necessárias para a realização dos ensaios específicos;
- c) Manter a responsabilidade integral pela coordenação, interpretação dos resultados e garantia da qualidade dos serviços prestados pela subcontratada.

Em nenhuma hipótese a subcontratação parcial de ensaios eximirá a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais perante a Administração.

Garantia da contratação

- 4.25. Considerando as características técnicas e operacionais do objeto, justifica-se a exigência de garantia contratual no percentual de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em conformidade com o art. 98 da Lei nº 14.133/2021. A presente contratação refere-se à Fiscalização Subsidiária da conclusão do remanescente de obra pública de alta complexidade, abrangendo aproximadamente 25 mil metros quadrados de área construída, múltiplos pavimentos, soluções construtivas inovadoras — como fachada ventilada com baguetes cerâmicas, execução sob metodologia BIM e requisitos de certificação de eficiência energética nível “A” (PROCEL). Ressalta-se que a contratação dos serviços de fiscalização para obra já interrompida, cuja retomada impõe desafios técnicos, financeiros e operacionais adicionais, eleva o grau de risco envolvido e exige rigoroso acompanhamento administrativo.
- 4.26. Dessa forma, a exigência da garantia contratual no percentual estabelecido visa resguardar o interesse público, conferir maior segurança à Administração quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado e mitigar potenciais prejuízos decorrentes de eventual inadimplência, omissão ou falha na prestação dos serviços de fiscalização subsidiária.
- 4.27. A escolha da modalidade de garantia é prerrogativa do Contratado, entre as previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.
- 4.28. Com o objetivo de conferir maior segurança à execução contratual, será exigida, ainda, garantia adicional caso a proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública. Nessa hipótese, a garantia adicional corresponderá à diferença entre o Valor Orçado e o Valor da Proposta, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.29. No caso de opção pelo seguro-garantia, o contratado deverá apresentar a respectiva apólice até a data da assinatura do contrato.
- 4.30. A apólice de seguro-garantia deverá ter vigência durante todo o prazo contratual e ser estendida por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, permanecendo válida mesmo na hipótese de inadimplência do pagamento do prêmio pelo contratado.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 4.31. A ausência de apresentação da apólice de seguro-garantia até a assinatura do contrato importará a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia, devendo o contratado optar imediatamente por uma das demais formas previstas em lei.
- 4.32. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.33. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.34. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.35. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.36. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.37. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.38. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante acompanhado das condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.39. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento:
- 4.39.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações previstas;
 - 4.39.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 4.39.3 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.40. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.41. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.42. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.43. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.44. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.45. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 4.46. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.47. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.48. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.49. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.50. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.51. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 4.52. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
- 4.52.1. do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
- 4.52.2. da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.53. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista deste Termo de Referência.
- 4.54. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.55. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.56. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 4.57. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.58. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.59. A vistoria deve ser agendada por meio do telefone 92 3621 2093 e ser realizada no horário de funcionamento deste regional (entre 7:30 e 14:30), em dias úteis.
- 4.60. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Reunião Preliminar

- 5.1.1 Após a assinatura do contrato, e em um prazo de até **10 (dez) dias úteis**, será agendada a Reunião Inicial do Contrato entre a equipe designada pela CONTRATADA e a CONTRATANTE. Nesta ocasião, serão apresentadas e validadas as informações imprescindíveis para a adequada execução dos serviços, incluindo, no mínimo:
- 5.1.1.1. Apresentação formal das equipes-chave de ambas as partes;
- 5.1.1.2. Definição e formalização dos canais de comunicação e dos fluxos de aprovação de documentos no Ambiente Comum de Dados (CDE);
- 5.1.1.3. Detalhamento dos procedimentos internos da CONTRATANTE a serem observados;



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

5.1.1.4. Validação do cronograma para entrega da documentação inicial da CONTRATADA (ex: ARTs, apólice de seguro);

5.1.1.5. Apresentação do Plano de Gerenciamento e Fiscalização da CONTRATADA;

5.1.1.6. Previsão de início dos serviços, alinhada à emissão da Ordem de Serviço.

5.2. Início da Execução dos Serviços

5.2.1 O início efetivo da execução dos serviços de gerenciamento e fiscalização ocorrerá na data estabelecida na Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE. A emissão desta Ordem de Serviço será programada para coincidir com a data de início da mobilização da empresa contratada para a execução da obra do NFTM, garantindo a presença da fiscalização desde a primeira fase das atividades no canteiro.

5.3. A Metodologia e Etapas de Execução do Contrato

5.3.1 A CONTRATADA deverá exercer o papel de gerenciadora e fiscalização subsidiária da obra, atuando como preposta técnica da CONTRATANTE. A metodologia de trabalho será baseada na alocação da equipe de profissionais qualificados, descrita no Anexo III (Equipe Técnica) deste Termo de Referência, de forma presencial e contínua no canteiro de obras. A execução dos serviços se dará em três macroetapas:

5.3.2 Fase I – Mobilização e Planejamento: Compreende as atividades iniciais de análise documental, validação de planos e estabelecimento dos processos de controle.

5.3.3 Fase II – Acompanhamento e Controle da Execução: Período de execução da obra, no qual a CONTRATADA fiscalizará ativamente as frentes de serviço, garantindo a conformidade da construção com os projetos, normas técnicas, especificações e cláusulas contratuais.

5.3.4 Fase III – Encerramento e Entrega Final: Abrange o acompanhamento do comissionamento dos sistemas, a validação das entregas finais da construtora e a compilação do dossiê final da obra, incluindo o modelo BIM "As-Built" e toda a documentação necessária para a Certificação de Eficiência Energética (Selo Procel Edificações).

Mobilização de Mão de Obra e Equipamentos

5.4. A partir da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para a mobilização completa de seus recursos. Este prazo inclui:

5.4.1 A alocação e apresentação de todos os profissionais que comporão a equipe residente de fiscalização e gerenciamento;

5.4.2 A disponibilização de todos os equipamentos de informática (notebooks, periféricos), softwares (licenças de programas para visualização e análise de modelos BIM), acesso à internet de alta velocidade e demais recursos tecnológicos necessários ao pleno desempenho de suas atividades.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

Responsabilidade Técnica

5.5. Os profissionais que atuarão na execução do contrato deverão ser aqueles cujos atestados e currículos foram apresentados e aprovados na fase de qualificação técnica do processo licitatório. Eventuais substituições somente serão permitidas mediante aprovação prévia da CONTRATANTE, por profissionais de qualificação técnica e experiência equivalentes ou superiores. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de mobilização e como condição para a emissão da Ordem de Serviço, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, referentes aos serviços de gerenciamento e fiscalização de obra.

Instalações Provisórias

5.6. A CONTRATANTE disponibilizará uma área física para a instalação do escritório da CONTRATADA, podendo ser em um contêiner no canteiro de obras ou em uma sala no Prédio Anexo Administrativo do TRT11. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por realizar todas as adequações necessárias para o pleno funcionamento de suas atividades, incluindo a instalação de mobiliário, equipamentos, pontos de energia, rede lógica e climatização, sem ônus para a CONTRATANTE.

Cronograma de Execução – Atividades Iniciais

5.7. A execução dos serviços de gerenciamento e fiscalização terá seu início durante o prazo de mobilização da construtora da obra (primeiros 30 dias). Durante este período, a CONTRATADA, em conjunto com a equipe de fiscalização do TRT11, deverá executar, no mínimo, as seguintes atividades de análise e validação:

- 5.7.1 Recebimento e análise crítica da documentação de planejamento da empresa Executora, incluindo o cronograma executivo detalhado (EAP) e o cronograma físico-financeiro (Curva S);
- 5.7.2 Análise e validação do Plano de Execução BIM (PEB) apresentado pela Executora;
- 5.7.3 Aprovação do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- 5.7.4 Análise e validação da documentação de Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 5.7.5 Verificação e aprovação do Plano de Qualidade da Executora, incluindo os Planos de Inspeção e Ensaios.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- 5.8.1 Local Principal: Os serviços de gerenciamento e fiscalização serão prestados, em sua essência e de forma contínua, no canteiro de obras do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM),



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

localizado no endereço: Esquina da Rua Jonathas Pedrosa com Avenida Tefé, S/N, Bairro Praça 14 de Janeiro, Manaus, Amazonas;

5.8.2 Locais Secundários para Atividades Específicas: Ressalta-se, contudo, que atividades inerentes ao escopo contratual, tais como reuniões técnicas com a empresa Executora ou com a Fiscalização, fornecedores, concessionárias de serviços públicos, agentes de órgãos de licenciamento ou o Organismo de Inspeção Acreditado (OIA), bem como vistorias em fábricas para aprovação de materiais, poderão ocorrer em locais distintos do canteiro de obras. A realização de tais atividades externas deverá ser alinhada com as necessidades do projeto e comunicada à fiscalização da CONTRATANTE.

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: O horário de prestação dos serviços deverá ser integralmente compatível com o cronograma e os períodos de atividade da empresa Executora da obra. A equipe residente da CONTRATADA deverá assegurar presença ativa e contínua no canteiro durante o expediente de trabalho, incluindo eventuais turnos noturnos, trabalhos aos sábados, domingos e feriados, sempre que houver a execução de serviços críticos que demandem acompanhamento, tais como concretagens, testes de sistemas ou outras atividades inadiáveis.

5.9.1 A gestão da jornada de trabalho da equipe alocada é de responsabilidade da CONTRATADA, contudo, a cobertura da fiscalização deve garantir o pleno atendimento aos critérios de desempenho e às obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Materiais, Ferramentas, Equipamentos e Softwares:

5.11. Responsabilidade Integral da CONTRATADA: Para a perfeita execução dos serviços objeto do presente termo de referência, a CONTRATADA deverá prover, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, softwares e computadores necessários, nas quantidades e qualidades adequadas, responsabilizando-se também por suas substituições sempre que necessário, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.;

5.12. Plataforma BIM Obrigatória: Para garantir a interoperabilidade e a integração total com os sistemas da CONTRATANTE, os softwares utilizados para a gestão e fiscalização em metodologia BIM deverão ser, obrigatoriamente, da plataforma Autodesk Construction Cloud (que engloba produtos como BIM 360 e Autodesk Build). Para esta finalidade, não será admitida a utilização de softwares ou plataformas equivalentes.

5.13. Aquisição e Manutenção: A aquisição e manutenção de todos os recursos mencionados, bem como a atualização de softwares e a renovação de licenças de uso necessárias para a elaboração, armazenamento e envio dos relatórios e demais documentos técnicos, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 5.14. Conformidade Técnica: Todos os equipamentos e instrumentos utilizados deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e deverão estar aptos a garantir a precisão e a fidedignidade das informações produzidas. Não serão aceitos dispositivos ou sistemas que comprometam a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados.
- 5.15. Comprovação e Auditoria: A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, a documentação comprobatória da regularidade dos recursos empregados, incluindo licenças de uso de software, notas fiscais de equipamentos e certificados de calibração de instrumentos, quando aplicável. A fiscalização da CONTRATANTE poderá exigir, sem ônus, demonstrações de conformidade ou a substituição de quaisquer recursos que não atendam às especificações exigidas.

Especificação da garantia do serviço

- 5.16. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, em conformidade com o Artigo nº 618 do Código Civil, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

- 5.17. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.
- 5.18. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:
- 5.19. Camisa com identificação da empresa prestadora do serviço;
- 5.20. Calça resistente (tipo brim ou jeans industrial);
- 5.21. Botas ou sapatos de segurança (norma ABNT NBR 16603);
- 5.22. Capacete (ABNT NBR 8221);
- 5.23. Identificação e padronização visual:
- 5.24. Identificação clara da empresa contratada (logotipo e/ou nome) impressa ou bordada;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.25. A conclusão dos serviços objeto deste contrato está intrinsecamente vinculada aos procedimentos de encerramento e aceitação da obra do NFTM. Nesta fase final, a CONTRATADA deverá conduzir e subsidiar ativamente a CONTRATANTE, sendo responsável pela execução das seguintes etapas e pela entrega dos produtos correspondentes:
- 5.26. Acompanhamento do Recebimento da Obra: Participar ativamente das comissões de Recebimento Provisório e Definitivo da obra, elaborando os laudos técnicos necessários, a lista de pendências (*punchlist*) e verificando a completa resolução de todas as não conformidades apontadas antes de recomendar o aceite final pela CONTRATANTE.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 5.27. Validação do Comissionamento Final: Coordenar e validar os testes de comissionamento final de todos os sistemas prediais (climatização, elétricos, hidrossanitários, automação, etc.), atestando que o desempenho real atende aos requisitos de projeto e normativos.
- 5.28. Gestão da Certificação Energética: Gerenciar e acompanhar a vistoria final do Organismo de Inspeção Acreditado (OIA), compilando e organizando toda a documentação de evidências necessária para a obtenção do Selo Procel Edificações para Edificação Construída.
- 5.29. Curadoria do Dossiê "As-Built": Realizar a curadoria e validação final do dossiê técnico da obra entregue pela empresa Executora, assegurando que o modelo BIM "As-Built" esteja completo, preciso e com todas as informações (dados não-gráficos) devidamente preenchidas, conforme o Plano de Execução BIM.
- 5.30. Aprovação do Manual do Usuário: Analisar e emitir parecer de aprovação sobre o Manual de Uso, Operação e Manutenção da Edificação, a ser entregue pela empresa Executora, verificando sua conformidade com os requisitos da ABNT NBR 14037 e sua adequação para a futura equipe de gestão predial do NFTM.
- 5.31. Entrega do Relatório Final de Fiscalização: Elaborar e entregar à CONTRATANTE o Relatório Final Consolidado de Gerenciamento e Fiscalização, que deverá conter o histórico completo da obra, o resumo das principais decisões, as lições aprendidas, e a declaração formal de que a edificação foi concluída em conformidade com o escopo contratado. O aceite deste relatório pela CONTRATANTE é condição para o recebimento definitivo dos serviços de fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução de serviços.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela equipe de fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª região.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.21. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.21.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.21.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.21.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.21.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.21.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

6.21.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.22. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 Não produziu os resultados acordados;

7.2.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 A contratada deverá comprovar, mensalmente, a efetiva prestação dos serviços de fiscalização da obra, por meio da entrega de todos os relatórios, pareceres, registros e demais documentos previstos no contrato, nos prazos estabelecidos.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 7.4.2 A fiscalização do contrato procederá à verificação da disponibilidade e qualificação da equipe alocada, bem como da participação em reuniões e visitas técnicas, conforme exigido neste termo de referência.
- 7.4.3 O atesto da fiscalização e a aprovação dos produtos entregues serão pré-requisitos para a medição e o pagamento dos serviços prestados a cada período.
- 7.4.4 O pagamento será devido apenas pelos serviços efetivamente realizados e comprovados, sendo vedada a remuneração de etapas ou atividades parcialmente cumpridas, produtos em desconformidade com o estabelecido contratualmente.
- 7.4.5 O pagamento será devido apenas pelos serviços efetivamente realizados e comprovados, sendo vedada a remuneração de etapas ou atividades parcialmente cumpridas, produtos em desconformidade com o estabelecido contratualmente.
- 7.4.6 Constatadas irregularidades, descumprimento de prazos, falhas na entrega dos produtos ou divergências em relação às especificações contratuais, a Administração poderá glosar os valores correspondentes e exigir a regularização ou complementação dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.4.7 Para cada medição, a contratada deverá apresentar toda a documentação comprobatória pertinente à prestação dos serviços, inclusive relatórios semanais/mensais, registros fotográficos das atividades e demais evidências que demonstrem o acompanhamento técnico da obra.
- 7.4.8 Todos os documentos apresentados para fins de aferição e pagamento deverão ser anexados ao processo administrativo, compondo o histórico de acompanhamento da fiscalização.

Recebimento

- 7.5. Após a prestação integral dos serviços de fiscalização da obra, o recebimento do objeto ocorrerá em conformidade com as exigências técnicas e administrativas, mediante avaliação dos fiscais técnico e administrativo, formalizada através de termos detalhados.
- 7.6. O prazo para o recebimento provisório dos serviços será contado a partir do recebimento, pela Administração, da comunicação formal de conclusão dos serviços encaminhada pela contratada.
- 7.7. A Contratada deverá, por ocasião do recebimento provisório da obra pela empresa executora, emitir relatório detalhado da situação da obra, contemplando as condições técnicas observadas, eventuais inconformidades, pendências e recomendando, se for o caso, diligências adicionais. Este relatório será parte integrante da documentação de recebimento provisório dos serviços de fiscalização, incluindo:
- 7.7.1 Atesto de conformidade com projetos executivos, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.
- 7.7.2 Lista das vistorias realizadas, datas, responsáveis, fotos e registros de campo.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 7.7.3 Apontamento de eventuais pendências, inconformidades e não conformidades encontradas e suas respectivas recomendações.
- 7.7.4 Confirmação de que as etapas/serviços da obra foram executados conforme normas técnicas e contratuais.
- 7.7.5 Registros das orientações/requisições feitas à executora e respostas fornecidas.
- 7.7.6 Avaliação técnica conclusiva sobre as condições para aceite provisório.
- 7.7.7 Atesto de cumprimento das obrigações contratuais: Documento onde a fiscalizadora declara ter cumprido todas as tarefas e metas acordadas.
- 7.7.8 Comprovação da entrega periódica dos relatórios que foram exigidos durante toda a execução (semanais/mensais/por etapa).
- 7.7.9 Protocolo da entrega de toda documentação técnica e administrativa: diários de obra, checklists, laudos de ensaios solicitados, etc.
- 7.7.10 Emissão de parecer técnico recomendando à Administração o recebimento provisório da obra executada, podendo indicar pendências a serem sanadas ou condições específicas para aceitação.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O recebimento provisório será considerado efetivado com a entrega do termo detalhado respectivo, sendo que, havendo mais de um termo, considerar-se-á a data da entrega do último.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 7.11.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *90 (noventa)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas que deverá atestar a conclusão sobre o atendimento integral das não conformidades/pendências identificadas no recebimento provisório, bem como a validação de que as eventuais correções apontadas durante o recebimento provisório foram efetivamente executadas e aprovadas e a ausência de pendências ou inconformidades técnicas remanescentes; e
- 7.16.3.1. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.16.3.2. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1. O prazo de validade;

7.22.2. A data da emissão;

7.22.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.22.5. O valor a pagar; e

7.22.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.
- 7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês **11** do ano de **2025**.
- 7.38. Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de solicitação do Contratado, os preços contratuais serão reajustados pelo Contratante, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.23.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.23.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.23.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.23.4. Multa:

8.23.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 8.23.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.23.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.23.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.
- 8.23.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (um por cento) a 15% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.23.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.23.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.23.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

- 8.24. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando da não entrega de qualquer dos itens contratados no prazo estipulado previamente pela administração ou quando houver atraso injustificado por mais de 30 dias após o término do prazo fixado para a conclusão dos serviços.
- 8.25. No caso de atraso injustificado na execução das etapas do objeto, caracterizado em qualquer medição mensal pela execução de percentual inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor acumulado previsto no cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE, será aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = \text{R\$ } 25.000,00 \times (1 - \text{VMA/VPCA})$$

Em que:

1. VMA é o valor total medido acumulado até o momento da apuração e
 2. VPCA é o valor total previsto no cronograma físico-financeiro para execução até o momento da apuração.
- 8.26. O atraso superior a 90 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

8.27. Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas multas por desatendimentos pontuais que possam comprometer o andamento da execução contratual, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo, a partir do qual poderá ser configurada inexecução parcial do contrato:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 500,00
2	R\$ 1.000,00
3	R\$ 2.500,00
4	R\$ 5.000,00
5	R\$ 7.500,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	1
2	Divulgar informações sigilosas obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; por ocorrência.	6
3	Recusar-se a executar serviço contratual determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
4	Deixar de apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	6
5	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência;	5
6	Deixar de cumprir os prazos estabelecidos pelo contrato ou determinado pela Fiscalização; por ocorrência.	5
7	Entrega de material técnico em desconformidade com as condições reais da obra, com dados inexatos, desatualizados ou não validados em campo,	3



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

	configurando não conformidade técnica.	
8	Deixar de apresentar peça técnica (parecer, estudo, medição, planilha, memorial, especificação etc.) em desconformidade com o projeto básico nos prazos acordados com a Fiscalização; por dia de atraso.	3
9	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e Anexos do processo licitatório, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização; por ocorrência.	4
10	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os engenheiros/arquitetos responsáveis pela execução do serviço, conforme previsão neste Termo.	5
11	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro/arquiteto responsável pela gerência da equipe, conforme previsão neste termo de referência; por dia.	6

8.28. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.29. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.30. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.31. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.32. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.33. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.34. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.35. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 8.36. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.37. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.37.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.37.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.37.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.37.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.37.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.38. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.39. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.40. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.41. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.42. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.43. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo TÉCNICA E PREÇO (art. 37, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.2. O procedimento licitatório conterá lote único.
- 9.3. O critério da técnica e preço é feito pela adoção combinada de pontuações de notas técnicas e notas do preço
- 9.4. Nota de preço: a pontuação atribuída à proposta financeira do licitante, de acordo com a fórmula de avaliação prevista neste Termo de Referência, considerando o menor valor apresentado.
- 9.5. Nota técnica: a pontuação atribuída à proposta técnica do licitante, com base nos critérios previamente definidos ANEXO VI - Nota Técnica, relacionados à experiência, equipe técnica, inovação ou outros atributos relevantes à execução do objeto.
- 9.6. O modo de disputa será o modo fechado.

Rito de Avaliação

- 9.7. A seleção seguirá o rito composto das seguintes fases:
- 9.28.1. Fase de julgamento das propostas (Classificatória e Eliminatória); e
- 9.28.2. Fase de Habilitação (Eliminatória).

Julgamento das Propostas

- 9.8. Nessa primeira fase serão julgadas as propostas de preço e as propostas técnicas que formarão as Nota de preço e Nota técnica, a conjugação das duas, na proporção de 30% (trinta por cento) para a Nota de Preço e 70% (setenta por cento) para a Nota de Técnica, dará resultado a Nota final.
- 9.9. A proposta técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios objetivos, dispostos em tabela sintética abaixo, para os quais a nota técnica obtida será de até 100 pontos.

Critério	Valoração
Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante (ECTO)	50
Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante (ECTP)	50

- 9.10. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas dos licitantes que não atingirem a nota mínima de 30% da pontuação de cada critério.
- 9.11. Os itens pertencentes aos critérios serão elencados no Anexo VI que especificará a composição da Nota Técnica.
- 9.12. Dos critérios estabelecidos, há itens de caráter eliminatório, o licitante terá sua proposta eliminada se obter pontuação zero nestes itens que estarão discriminados no anexo.



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

Regime de Execução

9.13. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.14. A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou o serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e de seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

9.14.1. Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo-se detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como os preços unitário e total detalhados em planilha.

9.14.2. Poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos no Decreto nº 7.983/2013, desde que o preço global orçado e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o Artigo nº 9 do mesmo Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidas do Capítulo II do Decreto.

9.15. O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "COMPOSIÇÃO DE TAXAS", inclusive com relação às parcelas que o compõem, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada.

9.16. Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo da composição das Taxas, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente o Contratado, não devendo ser repassado à Contratante.

9.17. O quadro Modelo de Proposta da Licitante (ANEXO I) deverá ser preenchido na subcoluna correspondente ao preço "R\$", mantendo-se a subcoluna percentual "%" da coluna "Valor dos Pagamentos", conforme indicado neste Termo de Referência. O referido quadro deverá ser encaminhado pelas licitantes junto à proposta. Os valores a serem preenchidos não poderão ultrapassar aqueles estabelecidos no cronograma físico-financeiro referencial.

9.18. A proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos itens do orçamento supere o correspondente item do orçamento referencial, comprometendo a proporcionalidade entre os itens orçamentários e o valor global da proposta, não estará de acordo, podendo incorrer em eventual desclassificação.

9.19. A exequibilidade da proposta e as regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

9.20. O prazo de validade da proposta, indicado no instrumento convocatório, conforme prevê o § 3º do art. 90 da Lei nº 14.133/21, será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Cálculo das Notas

9.21. A definição das notas seguirá o seguinte cálculo:



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

$$Notatécnica(NT) = \frac{(ECTO + ECTP)}{100}$$

$$Notadepreço(NP) = \frac{(X1)}{(X2)}$$

9.22. Onde X2 é o valor global proposto pelo licitante classificado e X1 é o menor valor global proposto entre os licitantes classificados.

9.23. Para a composição da nota final temos:

$$NotaFinal(NF) = (0,7 * NT + 0,3 * NP) * 100$$

9.24. Após a análise das propostas de todos os licitantes, essas serão classificadas em ordem decrescente.

9.25. Observado o disposto no item precedente, o licitante classificado em primeiro será o que atingir a maior nota final.

9.26. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será obedecido o disposto no Art. 60 da Lei 14.133/2021.

9.27. No cálculo da Nota da Proposta Técnica, da Nota da Proposta de Preços e da Nota Final, serão arredondadas até os centésimos, consoante a norma da ABNT NBR-5891 – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

Exigências de habilitação

9.28. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.29. A habilitação jurídica será atendida mediante a apresentação dos seguintes documentos para cada tipo de licitante:

9.30. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.31. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

- 9.32. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- 9.33. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.34. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.35. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.36. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.37. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.38. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.39. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.40. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal Relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.41. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.42. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.43. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

9.44. Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas.

$$LiquidezGeral = \frac{AtivoCirculante + AtivoNãoCirculanteRealizávelalongoprazo}{PassivoCirculante + PassivonãoCirculante}$$

$$LiquidezCorrente = \frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante}$$

$$SolvênciaGeral = \frac{AtivoTotal}{PassivoTotal}$$

- 9.45. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado para a contratação.
- 9.46. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.47. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.48. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.49. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

Qualificação Técnico-Operacional

9.50. A Tabela abaixo indicará os critérios de aceitação para atestados, vedando-se o somatório de atestados diferentes nas comprovações requeridas:

Unidade de Avaliação	Mínimo
Atestado de capacidade técnica de gerenciamento e/ou fiscalização de Obra de Edificação de múltiplos pavimentos de no mínimo 5.000 (cinco mil) metros quadrados.	1 (um)

9.51. Observação: Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo Contratante Principal, como em casos de subcontratação ou terceirização de serviços, deverá ser juntada documentação comprobatória do



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

Contratante Principal confirmando que o licitante participou da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito no Termo de Referência.

- 9.52. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.53. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.54. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Qualificação Técnico-Profissional

- 9.55. Os profissionais a serem avaliados nesta etapa serão: Coordenador da Obra, Profissional com atribuição em instalações elétricas. Os seguintes serão avaliados nas seguintes métricas:

Profissional	Unidade de Avaliação
Coordenador de Fiscalização de Obras (Engenheiro Civil ou área correlata ou Arquiteto)	Certidão de Acervo técnico de Coordenação ou Execução de Obra de Edificação de múltiplos pavimentos.

Profissional	Unidade de Avaliação
Fiscal de obra – Instalações Elétricas e Automação (Engenheiro Eletricista, Eletrônico, de Controle e Automação ou área correlata)	Certidão de Acervo técnico de fiscalização ou execução de obras envolvendo instalações elétricas envolvendo: Subestações e barramentos blindado do tipo <i>busway</i>

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.56. É permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País e as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.57. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.58. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.59. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.60. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.61. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.62. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.63. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.64. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.65. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.66. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.67. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.67.1. Ata de fundação;
 - 9.67.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.67.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.67.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.67.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.67.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e



Poder judiciário
Justiça do trabalho
Tribunal regional do trabalho da 11ª região

9.67.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 4.580.122,68 (quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos)**, conforme custos unitários dispostos no ANEXO V.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Coordenação de Manutenção e Projetos – COMANP
- II) Fonte de Recursos: 1138000000
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.10WS.0211
- IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.51
- V) Plano Interno: Projeto 10WS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus, 19 de janeiro de 2026.

Assinado eletronicamente

Luane de Almeida Batalha

Técnico Judiciário - NUEA

Assinado eletronicamente

José Ricardo Ribeiro dos Santos

Analista Judiciário - NUEA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ANEXO II – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO TÉCNICA DA OBRA

ANEXO III – EQUIPE TÉCNICA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

ANEXO V – ORÇAMENTO, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO VI – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DA NOTA TÉCNICA

ANEXO VII – TERMO DE JUSTIFICATIVAS RELEVANTES

ANEXO VIII – ESCOPO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO I

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**

ANEXO I – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

I. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de Preço deverá ser apresentada em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos. Para a completa análise e validação da proposta financeira, a licitante deverá anexar os seguintes documentos devidamente preenchidos, datados e assinados pelo representante legal:

1. Planilha de Orçamento Sintético

A licitante deverá preencher a planilha abaixo com os valores unitários (com BDI) e totais para cada um dos itens de serviço, conforme o modelo fornecido. A soma total desta planilha corresponderá ao valor global da proposta.

NOME DA EMPRESA LICITANTE: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da Empresa]

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ [Valor por Extenso]

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quant	BDI	Valor Unit c/ BDI	Total
1.0	FASE DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO (Primeiros 45 dias)					
1.1	Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra	UND	1,00			
1.2	Análise e Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora	UND	1,00			
2.0	FASE DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO					-
2.1	Fiscalização Contínua dos Serviços da Obra	MÊS	30,00			
2.2	Relatório Semanal de Acompanhamento	UND	130,00			
2.3	Relatório Mensal de Gerenciamento e Medição	UND	30,00			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.4	Gestão do Fluxo de Informações no CDE e Análise de Modelos - BIM	MÊS	32,00			
2.5	Relatórios Técnicos Específicos (Extraordinários)	UND	50,00			
3.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSIONAMENTO (Marcos Finais)					-
3.1	Assessoramento e relatório da certificação de eficiência energética	UND	1,00			
3.2	Análise, validação e entrega final do "as-built" em BIM	UND	1,00			
3.3	Relatório Final de Encerramento da Obra	UND	1,00			
4.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSIONAMENTO (Marcos Finais)					-
4.1	Ensaio de corpo duro em parede.	UND	10,00			
4.2	Ensaio de corpo mole em parede.	UND	10,00			
4.3	Ensaio de Capacidade de cargas suspensas em teto	UND	4,00			
4.4	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo de fachada	UND	10,00			
4.5	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo entre paredes	UND	4,00			
4.6	Impacto de corpo mole em porta	UND	10,00			
4.7	Resistência de aderência de revestimento cerâmico de fachada e paredes externas com utilização de argamassa colante (ABNT NBR 13755:2017 Anexo A ou Anexo B) ou Revestimento de paredes de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração (ABNT NBR 13528-2:2019).	UND	40,00			
4.8	Ensaio em Impacto em Guarda-Corpos.	UND	4,00			
					TOTAL	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2. Planilha de Orçamento Analítico (Composição de Custos Unitários)

A licitante deverá apresentar a composição analítica dos custos unitários para cada um dos itens listados na planilha de orçamento sintético. Esta composição deverá detalhar todos os insumos e incluir os coeficientes de produtividade da mão de obra adotados para cada serviço.

3. Planilha de Formação de BDI Comum

Apresentar a planilha com a composição da taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) utilizada para a formação dos preços dos serviços.

4. Planilha de Formação de BDI Diferenciado (se aplicável)

Caso a licitante utilize uma taxa de BDI diferenciada para algum item, esta também deverá ser detalhada em planilha própria, com a respectiva justificativa.

5. Cronograma Físico-Financeiro

Apresentar o cronograma físico-financeiro detalhado, compatível com o prazo de execução contratual e com os valores da proposta. O cronograma deve demonstrar:

- Distribuição dos desembolsos ao longo dos meses
- Alinhamento com as etapas e entregas previstas no Termo de Referência



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

II. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1. Evocando os princípios da eficiência e da transparência administrativa, todos os documentos comprobatórios da proposta técnica deverão ser apresentados organizadamente, segundo o modelo a seguir. Os documentos constantes de forma diversa do presente não serão considerados, devendo ser reorganizados previamente à apresentação da comissão julgadora.
2. Respectivamente à **ECTO**, deve-se discriminar essencialmente o seguinte:
 - Coluna (A): Para os itens 1.1 a 1.4, deve-se informar a **instituição ou empresa que emitiu o** atestado de capacidade técnica. Para os itens 1.5 a 1.6, deve-se informar a instituição que emitiu o certificado;
 - Coluna (B): Para os itens 1.1 a 1.4, deve-se informar a **área construída** contemplada no documento comprobatório; Para os itens 1.5 a 1.6, deve-se informar o meio de certificação (por exemplo: ISO 9001, ISSO 45001, etc.);
 - Coluna (C): Deve-se informar a **página da proposta** referente ao respectivo documento que se pretende comprovar;
 - Coluna (D): Deve-se informar a **quantidade de itens** que se pretende comprovar, sejam atestados ou certificados.
3. Respectivamente à **ECTP**, deve-se discriminar essencialmente o seguinte:
 - Coluna (A): Para os itens 2.1 a 2.5, deve-se informar a **instituição ou empresa que emitiu o documento comprobatório** referente à experiência profissional. Para os itens 2.6 a 2.8, deve-se informar a **instituição que emitiu a CAT** referente à experiência profissional; Para os itens 2.9 a 2.10, deve-se informar a **instituição que emitiu os certificados**;
 - Coluna (B): Deve-se informar o **nome do profissional** apontado como responsável técnico ou aluno certificado;
 - Coluna (C): Deve-se informar a **graduação** do profissional apontado como responsável técnico ou aluno certificado;
 - Coluna (D): Deve-se informar a **página da proposta** referente ao respectivo documento que se pretende comprovar;
 - Coluna (E): Para os itens 2.1 a 2.5, deve-se informar os **anos de experiência** do profissional nomeado. Para os itens 2.6 a 2.8, deve-se informar a **quantidade de CATs** referente à experiência profissional. Para os itens 2.9 a 2.10, deve-se informar a **quantidade de certificados/diplomas**;
4. Respectivamente ao **Resumo da Pontuação Técnica**, deve-se preencher as notas obtidas na ECTO e ECTP, cujo somatório algébrico é o resultado final da pontuação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

1. Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante – ECTO (Máximo: 50 pontos)

Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante – ECTO

NOME DA EMPRESA LICITANTE: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da Empresa]

ITEM	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÃO EMISSORA	ÁREA CONSTRUÍDA OU TIPO DE CERTIFICADO	PÁG. DA PROPOSTA	QTDE. COMPROVADA (atestados/ certificados)	PONTOS (por atendimento ao item)	NOTA OBTIDA
		(A)	(B)	(C)	(D)		
1.1	Atestado de Capacidade Técnica em gerenciamento ou fiscalização de obras de construção de edificações, com área construída igual ou superior a 5.000 m².					5	
1.2	Atestado de Capacidade Técnica em gerenciamento ou fiscalização com Metodologia BIM - comprovando que a licitante executou serviços de gerenciamento, fiscalização ou coordenação em OBRAS ou PROJETOS de edificações com área mínima de 2.000 m², utilizando a metodologia BIM.					5	
1.3	Atestado(s) de Capacidade Técnica em Gerenciamento ou Fiscalização de obras que tenham obtido certificação de sustentabilidade ou eficiência energética (ex: LEED, AQUA-HQE, Selo Procel Edifica).					2	
1.4	Atestado(s) de Capacidade Técnica demonstrando experiência em gestão, fiscalização ou supervisão de contratos de obras públicas.					3	
1.5	Comprovação de implementação e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, por meio de certificados válidos: i. ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) ii. PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)					4	
1.6	Comprovação de implementação e manutenção de sistemas de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional e Meio Ambiente, por meio de certificados válidos: i. ISO 45001 ou OHSAS 18001 (Saúde e Segurança) ii. ISO 14001 (Meio Ambiente)					3	
Nota - ECTO							



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2. Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante – ECTP (Máximo: 50 pontos)

Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante – ECTP

NOME DA EMPRESA LICITANTE: [Nome da Empresa]
CNPJ: [CNPJ da Empresa]

ITEM	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÃO EMISSORA	NOME DO PROFISSIONAL	GRADUAÇÃO DO PROFISSIONAL	PÁG. DA PROPOSTA	QTDE. COMPROVADA	PONTOS (por cada unidade avaliada)	NOTA OBTIDA
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)		
2.1	CORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Civil, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência em atividades de gestão, coordenação ou fiscalização de obras de edificações. - Unidade avaliada: anos de experiência						2,00 por ano completo de experiência	
2.2	Mecânica, Elétrica ou áreas correlatas) ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de atuação em projetos de edificações, envolvendo atividades de elaboração, coordenação ou fiscalização, com aplicação efetiva da metodologia BIM. - Unidade avaliada: anos de experiência						2,00 por ano completo de experiência	
2.3	no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1 (um) ano de experiência em atividades de gestão, coordenação, fiscalização ou execução de obras de edificações de múltiplos pavimentos. - Unidade avaliada: anos de experiência						1,00 por ano completo de experiência	
2.4	FISCAL DE OBRA Arquitetura - Formação Acadêmica: Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1(um) ano de experiência em atividades de gestão, coordenação, fiscalização ou execução de obras de edificações. - Unidade avaliada: anos de experiência						1,00 por ano completo de experiência	
2.5	reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), acompanhado de certificado de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, também reconhecido pelo MEC. O profissional deverá possuir registro ativo e regular no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1 (um) ano de experiência como Engenheiro de Segurança do Trabalho, atuando diretamente na fiscalização, gerenciamento ou execução de obras de construção civil. A comprovação deverá detalhar o papel desempenhado pelo profissional em cada projeto, bem como suas responsabilidades específicas relacionadas à segurança do trabalho no ambiente de obra. - Unidade avaliada: anos de experiência						0,75 por ano completo de experiência	
2.6	FISCAL DE INSTALAÇÕES PREDIAIS - Engenharia Elétrica - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Energia, ou outra formação de nível superior que, comprovadamente, confira as atribuições profissionais necessárias para projetar e/ou executar obras de instalações elétricas prediais e sistemas de automação predial, compatíveis com o objeto da licitação. É obrigatório possuir registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Experiência em Fiscalização, coordenação, projetos ou Execução de Instalações Elétricas Prediais: Comprovação de experiência profissional, na elaboração de projetos E/OU na fiscalização/execução/gerenciamento de obras de						1,00 por CAT apresentada	
2.7	Engenharia Mecânica ou outra formação de nível superior que, comprovadamente, confira ao profissional as atribuições legais para projetar e/ou executar instalações mecânicas prediais, tais como Engenharia Industrial com ênfase em Mecânica, Engenharia de Produção Mecânica ou áreas correlatas. A formação deve ser compatível com o escopo do objeto licitado. É obrigatório possuir registro ativo no CREA. Experiência Profissional: Comprovação de experiência na fiscalização, elaboração de projetos de instalações mecânicas prediais e/ou na execução ou gerenciamento de obras envolvendo tais sistemas. - Unidade avaliada: CAT - (Certificados de acervo técnico)						1,00 por CAT apresentada	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.8	FISCAL DE OBRAS - Eficiência Energética - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU). Experiência Profissional: A comprovação da qualificação e experiência do profissional se dará pela apresentação de documentação que ateste sua expertise na área, por meio de pelo menos uma das seguintes abordagens comprobatórias: 1. Atuação Profissional Direta: Comprovação de atuação em atividades de gerenciamento, fiscalização, coordenação ou consultoria, seja na fase de obras ou de projetos, em edificações que obtiveram certificação de sustentabilidade ou eficiência energética (LEED, AQUA-HQE, Selo Procel Edifica, ou similar). Evidência: 2. Atuação Acadêmica e de Pesquisa Aplicada: Comprovação de titulação de Mestre ou Doutor em área correlata à eficiência energética e desempenho de edificações. Evidência: Diploma do curso de pós-graduação, acompanhado da comprovação de, no mínimo, uma publicações de artigo em periódico ou congresso científicos relevante sobre o tema de certificação energética, simulação termoeenergética ou desempenho de edificações. - Unidade avaliada: CAT - (Certificados de acervo técnico) ou publicação acadêmica						1,00 por CAT ou publicação	
2.9	emitida por entidade de reconhecimento internacional, tais como buildingSMARTInternational (Professional Certification – Practitioner ou superior) ou similar, ou por entidade reconhecida no mercado nacional (ex: Autodesk Certified Professional ou outras instituições de notório saber e reconhecimento na área de BIM). Poderá ser apresentado um certificado para ate quatro profissional contante do ECTO - Unidade avaliada: Certificados						0,50 por certificado	
2.10	(especialização) ou <i>stricto sensu</i> (mestrado) com carga horária mínima compatível com as normativas do MEC, focado em Gestão de Projetos em BIM ou áreas correlatas (ex: Gerenciamento de Projetos com Ênfase em BIM, Implementação BIM, Coordenação BIM Avançada). A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de cópia do certificado de conclusão do curso, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC e histórico escolar de graduação com as disciplinas do curso. Poderá ser apresentado um certificado para ate quatro profissional contante do ECTO - Unidade avaliada: Certificados						0,75 por diploma	
Nota - ECTP								



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

3. Resumo da Pontuação Técnica

Resumo da Pontuação Técnica

NOME DA EMPRESA LICITANTE: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da Empresa]

Critério	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
Subtotal ECTO	50	
Subtotal ECTP	50	
NOTA TÉCNICA FINAL (NT)	100	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO II
HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO TÉCNICA DA OBRA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO II – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO TÉCNICA DA OBRA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA
DE CONCLUSÃO DO NOVO FÓRUM TRABALHISTA DE MANAUS (NFTM)**

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Este anexo tem como objetivo apresentar o histórico completo e a contextualização técnica da obra de construção do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM), projeto estratégico para a modernização da infraestrutura da Justiça do Trabalho na 11ª Região. Busca-se consolidar todas as fases executadas, as intercorrências contratuais, a evolução técnica do projeto e o planejamento atual para sua retomada e conclusão, fornecendo às licitantes um panorama claro e detalhado para a elaboração de propostas técnicas e de preço.



Fig 1.a) Maquete eletrônica; b) Obra paralisada (atual)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

O novo Fórum, com uma área total de 25.868,68 m², será composto por 15 andares, incluindo 3 subsolos destinados a estacionamento. A imponente estrutura foi projetada para abrigar 26 Varas do Trabalho, além de contar com amplas áreas de apoio, postos bancários, salas da Escola Judicial e um moderno auditório com capacidade para 141 pessoas.

O objeto da futura contratação não se refere a uma obra nova, mas à conclusão de um empreendimento de alta complexidade, com estrutura parcialmente executada e paralisada, cujo projeto foi integralmente revisado em metodologia BIM, com foco em alto desempenho e sustentabilidade.

2. HISTÓRICO DAS FASES CONSTRUTIVAS (2010 – 2025)

O histórico da obra é marcado por descontinuidades e múltiplas fases contratuais, exigindo da futura gerenciadora profundo entendimento das interfaces existentes.

- **2010 – 2017 (1ª Fase – EDEC Engenharia):** Após a concepção do projeto original em 2D, elaborado em 2010 pelo escritório JCA, a execução foi iniciada em 2014 sob responsabilidade da EDEC, concluiu integralmente os serviços de contenção e fundação. Contudo, a etapa de superestrutura apresentou uma descontinuidade na execução, o que comprometeu o avanço físico-financeiro do projeto. Esta situação levou à rescisão do contrato em janeiro de 2017, naquele momento, a estrutura encontrava-se paralisada no 7º pavimento.
- **2018 (2ª Fase – Construtora Mercure):** Responsável pela continuidade da estrutura, esta fase concluiu os pavimentos do 8º ao 11º andar, a laje de cobertura e os pavimentos técnicos.
- **2021 (3ª Fase – Syria Engenharia):** Contratação específica para execução parcial das alvenarias de vedação das fachadas externas.
- **2025 (Inspeção Técnica – Coneresonda):** Após longo período de exposição da estrutura às intempéries, foi realizada inspeção técnica especializada. O diagnóstico apontou



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

necessidade de reparos pontuais, como tratamento de corrosão em vigas e pilares, já incorporados à nova planilha orçamentária.

3. REVISÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO PROJETO (2022 – 2024)

Diante das paralisações e da obsolescência dos projetos originais, o TRT11 promoveu revisão integral, adotando a metodologia BIM conforme a Estratégia BIM BR (Decreto nº 10.306/2020).

- **Diagnóstico:** O Núcleo de Engenharia e Arquitetura (NUEA) identificou falhas críticas nos projetos 2D, como incompatibilidades entre disciplinas e tecnologias ultrapassadas.
- **Ação:** A empresa RPEOTTA foi contratada para revisão e compatibilização dos projetos, entregues em Nível de Desenvolvimento (LOD) 400, com apoio técnico da empresa PETRUS.
- **Diretrizes Incorporadas:**
 - **Sustentabilidade e Eficiência Energética:** O projeto já possui a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) – Selo Procel Edificações Nível A na fase de projeto. A meta é obter o mesmo selo para a edificação construída, com soluções como fachada ventilada, sistema VRF, energia fotovoltaica e elevadores inteligentes.
 - **Acessibilidade Universal:** O projeto foi integralmente adequado à norma ABNT NBR 9050, garantindo acesso pleno a todos os ambientes.

4. ESCOPO FÍSICO EXECUTADO (SITUAÇÃO ATUAL “COMO CONSTRUÍDO”)

A empresa contratada para o gerenciamento deverá partir do seguinte estado físico da obra:

- **Contenção (100% concluída):** Cortina periférica com 457 estacas raiz (Ø310 mm, profundidade média de 22 m).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- **Fundação (100% concluída):** 81 blocos de coroamento sobre 411 estacas tipo hélice contínua.
- **Superestrutura (100% concluída):** Estrutura de concreto armado (fck 30 MPa) dos 15 pavimentos (3 subsolos, térreo, 11 tipos e pavimentos técnicos), dividida em três blocos estruturais.
- **Alvenarias de Fachada (Execução Parcial):**
 - **Executado:** Vedação das fachadas externas do 2º ao 11º pavimento, com revestimento argamassado em ambas as faces.
 - **Remanescente:** Alvenarias internas (divisórias, shafts), externas do térreo e 1º pavimento, além dos fechamentos dos pavimentos técnicos e platibandas.

5. PLANEJAMENTO PARA A RETOMADA E CONCLUSÃO (2026 – 2028)

Com aprovação do CSJT em junho de 2024, a retomada da obra foi autorizada. O NUEA/TRT11 está finalizando a documentação para nova licitação, com os seguintes parâmetros:

- **Valor de Referência:** R\$ 98.326.557,94
- **Prazo de Execução:** 30 meses
- **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global
- **Critério de Julgamento:** Técnica e Preço
- **Classificação:** Obra Especial de Engenharia

6. DESAFIOS TÉCNICOS E EXPECTATIVAS PARA O GERENCIAMENTO

A empresa contratada deverá estar apta a enfrentar os seguintes desafios críticos:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- **Interface Estrutura Existente x Novos Sistemas:** Integrar novos sistemas (fachada, instalações, acabamentos) à estrutura existente, garantindo compatibilidade e estanqueidade.
- **Gestão em Metodologia BIM:** Operar com projeto em LOD 400, utilizando o Ambiente Comum de Dados (CDE) como plataforma central de gestão.
- **Execução de Sistemas de Alto Desempenho:** Fiscalizar instalação e comissionamento de sistemas complexos, assegurando os requisitos para obtenção do Selo Procel Edificações Nível A.

Este documento serve como base para que as licitantes compreendam a trajetória do empreendimento e elaborem propostas alinhadas aos objetivos e desafios do projeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

TABELA RESUMO – CRONOLOGIA DA OBRA DO NFTM

Ano(s)	Empresa(s)	Descrição da Atividade
2010	JCA Projetos	Elaboração do projeto arquitetônico e complementares originais em metodologia 2D.
2014 – 2017	EDEC Engenharia	Execução da 1ª Fase da Obra: contenção, fundações e superestrutura até o 7º pavimento. Obra paralisada em 2017 após rescisão unilateral pelo TRT11.
2018	Construtora Mercure	Execução da 2ª Fase da Obra: conclusão da superestrutura (8º ao 11º pavimento), cobertura e pavimentos técnicos.
2021	Syria Engenharia	Execução da 3ª Fase da Obra: execução parcial das alvenarias de vedação das fachadas externas.
2022 – 2024	RPEOTTA (Projetista) / PETRUS (Apoio Técnico)	Revisão completa dos projetos, migração para metodologia BIM (LOD 400), obtenção do Selo Procel Nível A na fase de projeto.
2025	Concresonda	Realização de inspeção técnica na estrutura e emissão de laudo de manifestações patológicas.
2026 – 2028	Licitação em andamento - Concorrência: Nº 90002/2025 - UASG: 80002	Fase de Conclusão da Obra: execução das etapas remanescentes (instalações, acabamentos etc.) e obtenção do Selo Procel Nível A para a edificação final.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO III
EQUIPE TÉCNICA E RECURSOS TECNOLÓGICOS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO III

**EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA E RECURSOS
TECNOLÓGICOS**

1. Apresentação

Este anexo define a composição, a qualificação mínima e as principais atribuições da equipe técnica residente que a CONTRATADA deverá alocar, bem como os recursos tecnológicos mínimos necessários para a execução dos serviços de gerenciamento e apoio subsidiário à fiscalização da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM). A equipe e os recursos aqui descritos representam o quadro exigido para o contrato.

A CONTRATADA deverá assegurar que cada profissional da equipe técnica emita a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), compatível com as atribuições e o escopo dos serviços sob sua responsabilidade no presente contrato.

Ressalta-se que a composição da equipe técnica residente é um fator vinculante da proposta. Os profissionais indicados e pontuados na fase de Qualificação Técnica deverão ser os mesmos alocados para a execução do contrato. Eventuais e excepcionais substituições somente serão admitidas mediante solicitação formal e justificada da CONTRATADA e aprovação prévia e expressa da Fiscalização do TRT11. Para tanto, é obrigatória a indicação de um profissional substituto com qualificação equivalente ou superior, devidamente comprovada por meio de atestados e documentos de mesma natureza que os apresentados para a qualificação original.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2. Composição, Qualificação e Atribuições

2.1. Coordenador de Fiscalização de Obras

Este profissional é o ponto focal de liderança e gestão da equipe da Contratada, atuando como o principal interlocutor junto à Fiscalização do TRT11. Sua atuação é fundamental para garantir a coesão da equipe, a qualidade de todos os produtos de gerenciamento e o alinhamento estratégico das atividades de fiscalização com os objetivos do contrato.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia Civil, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA).

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em atividades de gestão, coordenação ou fiscalização de obras de edificações.

Atribuições Específicas:

- Representar legal e tecnicamente a CONTRATADA, sendo o ponto focal de comunicação com a Fiscalização do TRT11.
- Gerenciar a equipe técnica alocada, distribuindo tarefas, monitorando o desempenho e assegurando a qualidade das entregas.
- Conduzir reuniões estratégicas com a Fiscalização, garantindo o alinhamento e o fluxo de informações.
- Consolidar, revisar e validar todos os relatórios antes de sua entrega formal ao TRT11.
- Emitir pareceres técnicos sobre pleitos complexos da Construtora.

Atribuições Gerais:

- Acompanhar as atividades de campo, verificando a correspondência entre o projeto e o executado.
- Esclarecer dúvidas técnicas da Construtora da obra e validar métodos construtivos.
- Analisar e aprovar a aplicação de materiais, equipamentos e acessórios.
- Analisar a compatibilidade de projetos para antecipar problemas executivos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- Registrar observações e determinações no diário de obras e reportar inconsistências.
- Analisar documentação técnica (laudos, ensaios, certificados).
- Elaborar relatórios técnicos e pareceres.
- Participar de reuniões técnicas quando convocado pela Fiscalização do TRT.

2.2. Gerente de BIM (BIM Manager)

Este profissional é o pilar da gestão da informação e da metodologia BIM no projeto, responsável por assegurar a integridade do ecossistema digital, a colaboração eficiente entre as partes e a utilização dos modelos como ferramenta central para a prevenção de erros, controle de qualidade e fiscalização da obra.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia (Civil, de Produção, Mecânica, Elétrica ou áreas correlatas) ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU).

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 4 (quatro) anos de atuação em projetos de edificações com aplicação efetiva da metodologia BIM.

Atribuições Específicas:

- Assegurar o cumprimento do Plano de Execução BIM (PEB) pela Construtora da obra.
- Gerenciar o Ambiente Comum de Dados (CDE), controlando o fluxo de informações e a conformidade dos modelos.
- Utilizar os modelos para a extração de quantitativos, subsidiando a conferência das medições (análise 5D).
- Auditar e validar a conformidade e a fidedignidade do modelo "Como Construído" para a entrega final.

Atribuições Gerais:

- Verificar a aderência do executado em campo com a geometria e as informações contidas nos modelos BIM.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- Servir como ponto focal para esclarecer dúvidas da Construtora da obra relativas ao modelo BIM e aos processos de gestão da informação.
- Assegurar que as informações sobre materiais e equipamentos aprovados sejam corretamente inseridas e atualizadas nos modelos.
- Conduzir análises de compatibilidade nos modelos para antecipar problemas de integração.
- Gerar relatórios de status dos modelos, de interferências e de progresso (4D).
- Participar de reuniões de coordenação BIM com a Construtora da obra e a Fiscalização do TRT.

2.3. Fiscal de Obra – Engenharia Civil

Este profissional é o responsável direto pela fiscalização das disciplinas de base da construção civil, garantindo a qualidade e a conformidade dos serviços que compõem a infraestrutura, a superestrutura e os sistemas hidrossanitários da edificação. Sua atuação é crucial para a solidez, durabilidade e segurança da obra.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia Civil, com registro ativo no CREA.

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência em fiscalização ou execução de obras de edificações de múltiplos pavimentos.

Atribuições Específicas:

- Fiscalizar os serviços de recuperação estrutural, vedações, impermeabilização, revestimentos argamassados, contrapisos, e instalações hidrossanitárias.
- Analisar laudos de ensaios tecnológicos (concreto, aço, etc.).

Atribuições Gerais:

- Acompanhar as atividades de campo, verificando a correspondência entre o projeto e o executado.
- Esclarecer dúvidas técnicas da Construtora da obra e validar métodos construtivos.
- Analisar e aprovar a aplicação de materiais, equipamentos e acessórios.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- Analisar a compatibilidade de projetos para antecipar problemas executivos.
- Registrar observações e determinações no diário de obras e reportar inconsistências.
- Analisar documentação técnica (laudos, ensaios, certificados).
- Elaborar relatórios técnicos e pareceres.
- Participar de reuniões técnicas quando convocado pela Fiscalização do TRT.

2.4. Fiscal de Obra – Arquitetura

Este profissional é responsável por assegurar a fidelidade da execução em relação ao projeto arquitetônico, garantindo a qualidade dos acabamentos, a funcionalidade dos espaços e o cumprimento das normas de acessibilidade. Sua atuação é essencial para a qualidade estética, o conforto e a usabilidade da edificação.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no CAU.

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência em fiscalização ou execução de obras de edificações.

Atribuições Específicas:

- Fiscalizar a execução de fachadas, esquadrias, acabamentos (pisos, forros, pinturas), e a correta implementação das soluções de acessibilidade (conforme NBR 9050).
- Aprovar amostras de materiais de acabamento.

Atribuições Gerais:

- Acompanhar as atividades de campo, verificando a correspondência entre o projeto e o executado.
- Esclarecer dúvidas técnicas da Construtora da obra e validar métodos construtivos.
- Analisar e aprovar a aplicação de materiais, equipamentos e acessórios.
- Analisar a compatibilidade de projetos para antecipar problemas executivos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- Registrar observações e determinações no diário de obras e reportar inconsistências.
- Analisar documentação técnica (laudos, ensaios, certificados).
- Elaborar relatórios técnicos e pareceres.
- Participar de reuniões técnicas quando convocado pela Fiscalização do TRT.

2.5. Fiscal de Obra – Instalações Elétricas e Automação

Este profissional é o responsável por fiscalizar o "sistema nervoso" da edificação, garantindo a segurança, a confiabilidade e a eficiência de todos os sistemas elétricos, de dados e de automação. Sua atuação é vital para a operacionalidade e a inteligência do edifício.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Energia, ou outra formação que confira as atribuições necessárias. Registro ativo no CREA.

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência em fiscalização/execução de obras de instalações elétricas em edificações.

Atribuições Específicas:

- a. Fiscalizar as instalações elétricas, iluminação, sistema fotovoltaico, automação predial, segurança eletrônica e SPDA.
- b. Verificar e validar os resultados dos testes de continuidade, isolamento e funcionamento dos sistemas.

Atribuições Gerais:

- a. Acompanhar as atividades de campo, verificando a correspondência entre o projeto e o executado.
- b. Esclarecer dúvidas técnicas da Construtora da obra e validar métodos construtivos.
- c. Analisar e aprovar a aplicação de materiais, equipamentos e acessórios.
- d. Analisar a compatibilidade de projetos para antecipar problemas executivos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- e. Registrar observações e determinações no diário de obras e reportar inconsistências.
- f. Analisar documentação técnica (laudos, ensaios, certificados).
- g. Elaborar relatórios técnicos e pareceres.
- h. Participar de reuniões técnicas quando convocado pela Fiscalização do TRT.

2.6. Fiscal de Obra – Instalações Mecânicas

Este profissional fiscaliza os "sistemas vitais" da edificação, como climatização e transporte vertical, assegurando o conforto ambiental, a segurança contra incêndio e a funcionalidade operacional. Sua atuação é fundamental para a performance e a segurança dos ocupantes.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia Mecânica ou outra formação que confira as atribuições legais para o objeto. Registro ativo no CREA.

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em execução ou gerenciamento de obras de instalações mecânicas prediais.

Atribuições Específicas:

- a. Fiscalizar a instalação dos sistemas de climatização (HVAC), elevadores e sistemas de combate a incêndio.
- b. Apoiar tecnicamente o processo de comissionamento dos sistemas mecânicos.

Atribuições Gerais:

- a. Acompanhar as atividades de campo, verificando a correspondência entre o projeto e o executado.
- b. Esclarecer dúvidas técnicas da Construtora da obra e validar métodos construtivos.
- c. Analisar e aprovar a aplicação de materiais, equipamentos e acessórios.
- d. Analisar a compatibilidade de projetos para antecipar problemas executivos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- e. Registrar observações e determinações no diário de obras e reportar inconsistências.
- f. Analisar documentação técnica (laudos, ensaios, certificados).
- g. Elaborar relatórios técnicos e pareceres.
- h. Participar de reuniões técnicas quando convocado pela Fiscalização do TRT.

2.7. Fiscal de Obra – Engenharia de Segurança do Trabalho

Este profissional é o guardião da integridade física dos trabalhadores e da conformidade legal da obra com as normas de segurança. Sua atuação é um pilar não negociável para a condução ética e responsável do canteiro de obras, mitigando riscos operacionais e protegendo vidas.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia ou Arquitetura com pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho. Registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU).

Experiência Profissional Mínima:

Comprovação de, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência como Engenheiro de Segurança do Trabalho em obras de construção civil.

Atribuições Específicas:

- a. Fiscalizar o cumprimento das Normas Regulamentadoras, especialmente a NR-18.
- b. Analisar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da obra.
- c. Verificar a correta emissão de Análises Preliminares de Risco (APR) e Permissões de Trabalho (PT).

Atribuições Gerais:

- a. Realizar inspeções de segurança contínuas nas frentes de serviço, identificando condições e atos inseguros.
- b. Esclarecer dúvidas da Construtora da obra sobre a correta aplicação das normas de segurança.
- c. Validar os métodos executivos propostos sob a ótica da segurança.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- d. Validar a conformidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs).
- e. Registrar formalmente desvios, incidentes e acidentes, e acompanhar a implementação de ações corretivas.
- f. Elaborar relatórios de auditoria de segurança e pareceres técnicos sobre o tema.
- g. Participar de Diálogos Diários de Segurança (DDS) e reuniões da CIPA.

2.8. Fiscal de Obra – Eficiência Energética

Este profissional é o responsável por garantir que a meta de sustentabilidade mais importante do projeto – o Selo Procel Nível A – seja alcançada na prática. Sua atuação assegura que o desempenho projetado se materialize na edificação construída, protegendo o investimento e garantindo a eficiência operacional futura do edifício.

Formação Acadêmica e Registro Profissional:

Graduação em Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no CREA ou CAU.

Qualificação Profissional Mínima:

Comprovação de qualificação e experiência na área por meio de, no mínimo, uma das abordagens comprobatórias definidas no Anexo VI.

Atribuições Específicas:

- a. Assegurar o cumprimento de todas as diretrizes técnicas necessárias à obtenção do Selo Procel Edificações Nível A.
- b. Acompanhar o processo de comissionamento das instalações, garantindo que os testes de performance sejam executados corretamente.
- c. Atuar como ponto focal para a articulação técnica com a entidade certificadora.

Atribuições Gerais:

- a. Realizar inspeções de campo focadas na correta instalação de sistemas e componentes que impactam o desempenho energético.
- b. Esclarecer dúvidas da Construtora da obra sobre as especificações de performance dos materiais e sistemas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- c. Analisar e aprovar as submissões de materiais e equipamentos críticos para a certificação.
- d. Validar os métodos de instalação que possam afetar a performance da edificação.
- e. Gerenciar e auditar a documentação técnica necessária para compor o processo de certificação.
- f. Elaborar relatórios de acompanhamento do status da certificação e pareceres sobre o desempenho dos sistemas.
- g. Participar de reuniões de comissionamento e de alinhamento com a entidade certificadora.

3. Recursos Tecnológicos Mínimos

A CONTRATADA deverá fornecer e manter, durante toda a vigência do contrato, os seguintes recursos tecnológicos mínimos, essenciais para a correta execução dos serviços de gerenciamento e fiscalização baseados em metodologia BIM.

3.1. Softwares

Plataforma BIM e Colaboração: A CONTRATADA deverá prover licenças originais dos seguintes softwares, em número compatível com a quantidade de profissionais da equipe técnica que necessitem de seu uso:

Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection: Suíte de softwares para criação e análise de projetos em BIM.

Autodesk Build – Unlimited: Plataforma em nuvem (Ambiente Comum de Dados - CDE) para gestão de documentos, colaboração e gerenciamento da construção.

Condições de Licenciamento: Todas as licenças de software deverão ser mantidas ativas e atualizadas durante todo o período contratual. As versões dos softwares utilizados deverão ser mantidas em total compatibilidade com as versões utilizadas pela Fiscalização do TRT11 e com os arquivos de projeto, a fim de garantir a interoperabilidade e a integridade do fluxo de informações.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

3.2. Formatos de Arquivos

Compatibilidade de Documentos: Para a elaboração de planilhas, textos, apresentações e demais arquivos de escritório, a CONTRATADA deverá utilizar versões de softwares que garantam a plena compatibilidade com os pacotes e formatos usuais do TRT11, evitando a necessidade de conversões e a perda de formatação ou dados.

3.3. Equipamentos (Hardware)

Estações de Trabalho (Computadores): Deverão ser disponibilizados para os profissionais da equipe computadores (desktops) com capacidade de hardware (processador, memória RAM, placa de vídeo e armazenamento) adequada para a manipulação fluida de modelos BIM complexos e de grande porte, conforme as recomendações do fabricante dos softwares especificados.

Equipamentos Portáteis (Notebooks e Tablets): Deverão ser fornecidos notebooks de alto desempenho para os profissionais que necessitem de mobilidade e tablets para a equipe de fiscalização de campo, permitindo a consulta e o manuseio dos modelos BIM e o registro de informações diretamente no canteiro de obras.

Periféricos de Alto Desempenho: As estações de trabalho deverão ser equipadas com periféricos adequados para a produtividade em ambiente de projeto, incluindo monitores de tela grande (mínimo de 27 polegadas), mouses e teclados ergonômicos e de precisão.

Recursos para Reuniões: A estrutura da CONTRATADA no canteiro deverá contar com uma sala de reuniões equipada com Smart TV de tela grande ou projetor, para a apresentação e discussão colaborativa dos modelos BIM e do andamento do projeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO IV
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Objetivo e Metodologia Geral

O presente Instrumento estabelece os critérios objetivos para a avaliação mensal do desempenho da CONTRATADA, vinculando o pagamento aos resultados efetivamente entregues no apoio à fiscalização. A aferição será realizada pela equipe de Fiscalização do TRT11, resultando no Índice de Medição de Resultado (IMR), que poderá gerar adequações (glosas) no valor da fatura mensal.

2. Indicadores de Desempenho

ID	Indicador de Desempenho	Critério de Aferição e Fórmula de Apuração	Meta	Peso
I-1	Qualidade e Tempestividade dos Relatórios Gerenciais	Avalia a pontualidade na entrega e a conformidade dos Relatórios Semanais e Mensais. Fórmula: $[(\text{Relatórios no prazo} / \text{exigidos}) * 0,5] + [(\text{Notas de qualidade} / \text{exigidos}) * 0,5] * 100$	100%	30%
I-2	Precisão e Tempestividade na Análise de Medições	Avalia o prazo e a precisão técnica dos pareceres. Fórmula: $[(\text{Pareceres no prazo} / \text{emitidos}) * 0,6] + [(\text{Pareceres sem correção} / \text{emitidos}) * 0,4] * 100$	100%	35%
I-3	Proatividade na Gestão de Não Conformidades	Mede o tempo entre identificação e registro formal. Fórmula: $[(\text{RNCs registradas em até 24h} / \text{RNCs identificadas}) * 100]$	$\geq 95\%$	15%
I-4	Qualidade do Suporte Técnico Sob Demanda	Avalia pareceres técnicos sob demanda. Fórmula: $(\Sigma \text{ Notas} / \text{N}^\circ \text{ Demandas}) * 100$	$\geq 90\%$	15%
I-5	Condução e Alinhamento da Equipe	Avalia participação efetiva em reuniões. Fórmula: $(\text{Reuniões com participação} / \text{reuniões convocadas}) * 100$	100%	5%

3. Cálculo do Resultado Mensal – Fórmula do IMR

$$\text{IMR (\%)} = \text{Soma (Nota do Indicador * Peso do Indicador)}$$

4. Faixas de Desempenho e Ajuste no Pagamento

Faixa de Desempenho	IMR (%)	Ajuste no Pagamento
EXCELENTE	$\geq 95\%$	Pagamento integral (100% do valor da fatura)
ADEQUADO	$85\% \leq \text{IMR} < 95\%$	Pagamento integral (95% do valor da fatura)
REGULAR	$70\% \leq \text{IMR} < 85\%$	Pagamento proporcional. Emissão de notificação para correção de rumos.
INACEITÁVEL	$< 70\%$	Pagamento proporcional. Sujeito à abertura de processo administrativo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

5. Apuração e Validação do Período

Campo	Valor a Preencher
Mês/Ano do Período	[_____]
IMR Apurado (%)	[_____]
Nome do Preposto da CONTRATADA	[_____]
Cargo	Coordenador Geral
Nome do Fiscal do Contrato	[_____]
Cargo	Fiscal Técnico do Contrato – TRT11



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V

ORÇAMENTO, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (A) - ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quant	Valor Unit c/ BDI	Total
1.0	FASE DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO (Primeiros 45 dias)				
1.1	Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra	UND	1,00	12.096,36	12.096,36
1.2	Análise e Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora	UND	1,00	8.832,60	8.832,60
2.0	FASE DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO (Mensal)				-
2.1	Fiscalização Contínua dos Serviços da Obra	MÊS	30,00	84.320,83	2.529.624,90
2.2	Relatório Semanal de Acompanhamento	UND	130,00	4.521,61	587.809,30
2.3	Relatório Mensal de Gerenciamento e Medição	UND	30,00	14.129,66	423.889,80
2.4	Gestão do Fluxo de Informações no CDE e Análise de Modelos - BIM	MÊS	32,00	12.265,00	392.480,00
2.5	Relatórios Técnicos Específicos (Extraordinários)	UND	50,00	8.370,80	418.540,00
3.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSONAMENTO (Marcos Finais)				-
3.1	Assessoramento e relatório da certificação de eficiência energética	UND	1,00	25.484,31	25.484,31
3.2	Análise, validação e entrega final do "as-built" em BIM	UND	1,00	45.413,52	45.413,52
3.3	Relatório Final de Encerramento da Obra	UND	1,00	39.627,01	39.627,01
4.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSONAMENTO (Marcos Finais)				-
4.1	Ensaio de corpo duro em parede.	UND	10,00	890,87	8.908,70
4.2	Ensaio de corpo mole em parede.	UND	10,00	890,87	8.908,70
4.3	Ensaio de Capacidade de cargas suspensas em teto	UND	4,00	1.059,65	4.238,60
4.4	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo de fachada	UND	10,00	1.338,83	13.388,30
4.5	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo entre paredes	UND	4,00	1.153,00	4.612,00
4.6	Impacto de corpo mole em porta	UND	10,00	890,87	8.908,70
4.7	Resistência de aderência de revestimento cerâmico de fachada e paredes externas com utilização de argamassa colante (ABNT NBR 13755:2017 Anexo A ou Anexo B) ou Revestimento de paredes de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração (ABNT NBR 13528-2:2019).	UND	40,00	1.094,91	43.796,40
4.8	Ensaio em Impacto em Guarda- Corpos.	UND	4,00	890,87	3.563,48
				TOTAL	4.580.122,68

Orçamento elaborado por: José Ricardo Ribeiro dos Santos - Analista Judiciário - Engenheiro Civil - CREA-AM 9718/D - RNP 0405650086
Núcleo de Engenharia e Arquitetura - NUEA/ Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (B) - ORÇAMENTO AUXILIAR

			Obra	Bancos	B.D.I.	BDI dif.				
			FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA NFTM - DESONERADO	SINAPI - 11/2025 - Amazonas	28,77%	17,87%				
ORÇAMENTO AUXILIAR										
Item	Cód.	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)	
1			CORPO TÉCNICO					4.233.444,99	92,43%	
1.1	93568	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO	MES	33,067	22.815,75	29.379,84	971.493,38	23,89%	
1.2	93570	SINAPI	ARQUITETO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	18,433	21.954,31	28.270,56	521.120,66	23,89%	
1.3	93567	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	18,300	22.250,07	28.651,41	524.320,80	23,89%	
1.4	90778	SINAPI	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.228,000	126,70	163,15	200.348,20	23,89%	
1.5	90778	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.768,000	126,70	163,15	451.599,20	23,89%	
1.6	90778	SINAPI	ENGENHEIRO MECÂNICO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.408,000	126,70	163,15	392.865,20	23,89%	
1.7	100321	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	30,400	14.722,74	18.958,47	576.337,48	23,89%	
1.8	100534	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	32,933	7.351,47	9.466,48	311.762,74	23,89%	
1.9	93566	SINAPI	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	33,333	6.607,07	8.507,92	283.597,33	23,89%	
2			SOFTWARES OPERACIONAIS					250.352,81	23,89%	
2.1		Cotação	Aquisição de licença do software Autodesk Build – Unlimited CLOUD Commercial New Single-user ELD 3-Year Subscription - 2 usuários	MÊS	32,633	1.775,28	2.092,52	68.285,90	23,89%	
2.2		Cotação	Aquisição da licença do software Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD - 3-Year Subscription - 4 usuários	MÊS	32,633	4.733,33	5.579,17	182.066,91	23,89%	
3			ENSAIOS DE DESEMPENHO					96.324,88	23,89%	
3.1		Cotação	Ensaio de corpo duro em parede.	UND	10,000	755,81	890,87	8.908,700	23,89 %	
3.2		Cotação	Ensaio de corpo mole em parede.	UND	10,000	755,81	890,87	8.908,700	23,89 %	
3.3		Cotação	Ensaio de Capacidade de cargas suspensas em teto	UND	4,000	899,00	1.059,65	4.238,600	23,89 %	
3.4		Cotação	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo de fachada	UND	10,000	1.135,86	1.338,83	13.388,300	23,89 %	
3.5		Cotação	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo entre paredes	UND	4,000	978,20	1.153,00	4.612,000	23,89 %	
3.6		Cotação	Impacto de corpo mole em porta	UND	10,000	755,81	890,87	8.908,700	23,89 %	
3.7		Cotação	Resistência de aderência de revestimento cerâmico de fachada e paredes externas com utilização de argamassa colante (ABNT NBR 13755:2017 Anexo A ou Anexo B) ou Revestimento de paredes de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração (ABNT NBR 13528-2:2019).	UND	40,000	928,92	1.094,91	43.796,400	23,89 %	
3.8		Cotação	Ensaio em Impacto em Guarda- Corpos.	UND	4,000	755,81	890,87	3.563,480	23,89 %	
				Total sem BDI					3.581.729,75	
				Total do BDI					998.392,93	
				Total Geral					4.580.122,68	
Orçamento elaborado por: José Ricardo Ribeiro dos Santos - Analista Judiciário - Engenheiro Civil - CREA-AM 9718/D - RNP 0405650086 Núcleo de Engenharia e Arquitetura - NUEA/ Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.										



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (C) - MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA APROPRIAÇÃO DOS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	SUBITENS DA PLANILHA / COEFICIENTES PARCIAIS POR PROFISSIONAL										
						1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	
1			CORPO TÉCNICO			UND	UND	MÊS	UND	UND	MÊS	UND	UND	UND	UND	
1.1	93568	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO	MES	33,067	0,133	0,067	0,533	0,033	0,100	0,167	0,067	0,200	0,333	0,333	
1.2	93570	SINAPI	ARQUITETO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	18,433	0,067	0,067	0,400	0,017	0,033	0,017	0,033	0,267	0,333	0,333	
1.3	93567	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	18,300	0,067	0,067	0,400	0,017	0,033	0,017	0,033	0,133	0,333	0,333	
1.4	90778	SINAPI	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1228,000	6,000	6,000	16,000	2,000	2,000		8,000			16,000	
1.5	90778	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2768,000	8,000	4,000	48,000	2,000	16,000	4,000	8,000	16,000	16,000	16,000	
1.6	90778	SINAPI	ENGENHEIRO MECÂNICO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2408,000	8,000	4,000	40,000	2,000	12,000	4,000	8,000	16,000	16,000	16,000	
1.7	100321	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	30,400			0,800	0,033	0,067			0,033		0,033	
1.8	100534	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	32,933			0,733	0,033	0,133		0,033	0,133	0,667	0,133	
1.9	93566	SINAPI	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	33,333	0,033	0,033	0,800	0,033	0,100		0,033	0,133		0,133	
2			SOFTWARES OPERACIONAIS													
2.1	INS-046	Próprio	Aquisição de licença do software Autodesk Build – Unlimited CLOUD Commercial New Single-user ELD 3-Year Subscription - 2 usuários	MÊS	32,633	0,067	0,067		0,050	0,133	0,667			0,667		
2.2	INS-047	Próprio	Aquisição da licença do software Autodesk Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD - 3-Year Subscription - 4 usuários	MÊS	32,633	0,067	0,067		0,050	0,133	0,667			0,667		
						1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	
						Qtde. Item	1,00	1,00	30,00	130,00	30,00	32,00	50,00	1,00	1,00	1,00
						Valor Unitário	12.096,36	8.832,60	84.320,83	4.521,61	14.129,66	12.265,00	8.370,80	25.484,31	45.413,52	39.627,01
						Valor Total	12.096,36	8.832,60	2.529.624,90	587.809,30	423.889,80	392.480,00	418.540,00	25.484,31	45.413,52	39.627,01



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (D) - MARCOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/ ACEITAÇÃO

Item	Descrição do Produto/Serviço	Frequencia/Marco	Critério de Medição/Aceitação
1.0	FASE DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO (Primeiros 45 dias)		
1.1	Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra	Única (Até D+30 da OS)	Critério de Medição: Medição unitária (UND) por plano entregue. Pagamento: Pagamento único, liberado na primeira medição mensal subsequente à aprovação. Critério de Aceitação: Aprovação formal do documento pela Fiscalização do TRT11, que deverá detalhar as metodologias, processos, fluxos e ferramentas a serem utilizadas.
1.2	Análise e Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora	Única (Até D+45 da OS)	Critério de Medição: Medição unitária (UND) por parecer entregue. Pagamento: Pagamento único, liberado na primeira medição mensal subsequente ao aceite. Critério de Aceitação: Aceite formal do parecer técnico pela Fiscalização do TRT11, que deverá apresentar análise crítica e fundamentada sobre o plano de execução da construtora.
2.0	FASE DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO (Mensal)		
2.1	Fiscalização Contínua dos Serviços da Obra	Mensal	Critério de Medição: Medição mensal (MÊS). Pagamento: Pagamento mensal, efetuado mediante comprovação. Critério de Aceitação: Ateste mensal da Fiscalização, comprovando a disponibilização da equipe-chave e a execução das atividades de fiscalização ativa no canteiro.
2.2	Relatório Semanal de Acompanhamento	Semanal	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de relatório entregue. Pagamento: Pagamento acumulado e liberado na medição mensal. Critério de Aceitação: Aceite de cada relatório entregue via CDE, no prazo e formato acordados, refletindo a situação da obra na semana.
2.3	Relatório Mensal de Gerenciamento e Medição	Mensal	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de relatório entregue. Pagamento: Pagamento mensal, mediante aprovação. Critério de Aceitação: Aprovação formal do relatório pela Fiscalização, que deve conter a análise de desempenho, o parecer sobre a medição da construtora e a gestão de riscos.
2.4	Gestão do Fluxo de Informações no CDE e Análise de Modelos - BIM	Mensal	Critério de Medição: Medição mensal (MÊS). Pagamento: Pagamento mensal, mediante comprovação. Critério de Aceitação: Ateste mensal da Fiscalização, comprovando a execução das atividades de gestão do CDE e de auditoria e controle do processo BIM..
2.5	Relatórios Técnicos Específicos (Extraordinários)	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de relatório entregue, sob demanda. Pagamento: Pagamento por evento, após a aprovação de cada relatório. Critério de Aceitação: Aprovação de cada relatório pela Fiscalização, que deve responder integralmente à demanda formal e ao escopo previamente acordado.
3.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSONAMENTO (Marcos Finais)		
3.1	Assessoramento e relatório da certificação de eficiência energética	Marco (Fase Final)	Critério de Medição: Medição unitária (UND) do produto final. Pagamento: Pagamento único, liberado na medição subsequente à aprovação. Critério de Aceitação: Aprovação formal do relatório final de comissionamento, que deve consolidar todo o processo de testes e o parecer técnico conclusivo.
3.2	Análise, validação e entrega final do "as-built" em BIM	Marco (Final)	Critério de Medição: Medição unitária (UND) do produto final. Pagamento: Pagamento único, liberado na medição subsequente à aprovação. Critério de Aceitação: Aprovação formal do relatório de auditoria do modelo "Como Construído", atestando sua fidelidade, completude e conformidade com o LOD 500.
3.3	Relatório Final de Encerramento da Obra	Única (Final)	Critério de Medição: Medição unitária (UND) do conjunto de produtos finais. Pagamento: Pagamento único, liberado na medição final do contrato. Critério de Aceitação: Aprovação formal do Dossiê de Encerramento, contendo o relatório consolidado, a validação do manual de O&M e os pareceres para recebimento provisório e definitivo.
4.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSONAMENTO (Marcos Finais)		
4.1	Ensaio de corpo duro em parede.	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.2	Ensaio de corpo mole em parede.	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.3	Ensaio de Capacidade de cargas suspensas em teto	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.

4.4	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo de fachada	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.5	Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo entre paredes	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.6	Impacto de corpo mole em porta	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.7	Resistência de aderência de revestimento cerâmico de fachada e paredes externas com utilização de argamassa colante (ABNT NBR 13755:2017 Anexo A ou Anexo B) ou Revestimento de paredes de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração (ABNT NBR 13528-2:2019).	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.
4.8	Ensaio em Impacto em Guarda- Corpos.	Sob Demanda	Critério de Medição: Medição por unidade (UND) de parecer técnico emitido. Pagamento: Pagamento liberado na medição subsequente à aprovação de cada parecer. Critério de Aceitação: Aprovação do parecer técnico independente da Contratada, que deve analisar e validar o relatório do laboratório e o processo de ensaio.



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (E) - CÁLCULO DO BDI DIFERENCIADO - DESONERADO						
GRUPO A		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	PARADIGMA TCU		
		Despesas Indiretas		MÍN	MED	MAX
A-1	SG	Seguro e Garantia	0,48%	0,30%	0,48%	0,82%
A-2	R	Risco	0,85%	0,56%	0,85%	0,89%
A-3	DF	Despesas Financeiras	0,85%	0,85%	0,85%	1,11%
A-4	AC	Administração central	1,90%	1,50%	3,45%	4,49%
Total Grupo A =			4,08%	3,21%	5,63%	7,31%
GRUPO B		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	PARADIGMA TCU		
		Benefício		MÍN	MED	MAX
B-0	L	Lucro	4,00%	3,50%	5,11%	6,22%
Total do Grupo B =			4,00%	3,50%	5,11%	6,22%
GRUPO C		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	REFERÊNCIA		
		Impostos				
C-1	T1	PIS / PASEP	0,65%		0,65%	
C-2	T2	COFINS	3,00%		3,00%	
C-3	T3	ISS	0,00%		0,00%	
C-4	T4	*CPRB	4,50%		4,50%	
Total do Grupo C =			8,15%		8,15%	
BDI = $\frac{(1 + (AC + R + SG)) (1 + DF) (1 + L))}{(1 - (T1 + T2 + T3 + T4))} - 1$						
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I)						
						17,87%

Referência para os índices adotados:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário (tipologia "construção de edifícios") - (A1; A2; A3; A4 e B1)

Lei nº 10.833/2003 (instituição) e 13.043/2014 (alteração dos tributos federais) - (C1 e C2)

Lei nº 116/2003, par. 8º e 8ºA (variável, a depender do município) - (C3)

Lei nº 12.546/2011 (instituição) e 13.161/2015 (facultativa para grupos 412, 432, 433, 439 da CNAE 2.0) - (C4)



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO V (F) - CÁLCULO DO BDI - DESONERADO						
GRUPO A		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	PARADIGMA TCU		
		Despesas Indiretas		MÍN	MED	MAX
A1	SG	Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
A2	R	Risco	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
A3	DF	Despesas Financeiras	1,25%	0,59%	1,23%	1,39%
A4	AC	Administração central	4,50%	3,00%	4,00%	5,50%
Total Grupo A =			7,55%	5,36%	7,30%	9,16%
GRUPO B		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	PARADIGMA TCU		
		Benefício		MÍN	MED	MAX
B1	L	Lucro	7,50%	6,16%	7,40%	8,96%
Total do Grupo B =			7,50%	6,16%	7,40%	8,96%
GRUPO C		DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	REFERÊNCIA		
		Impostos				
C1	T1	PIS / PASEP	0,65%		0,65%	
C2	T2	COFINS	3,00%		3,00%	
C-3	T3	ISS	2,00%		2,00%	
C-4	T4	*CPRB	4,50%		4,50%	
Total do Grupo C =			10,15%		10,15%	
BDI = $\frac{(1 + (AC + R + SG)) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - (T1 + T2 + T3 + T4))} - 1$						
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I)						28,77%

Referência para os índices adotados:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário (tipologia "construção de edifícios") - (A1; A2; A3; A4 e B1)

Lei nº 10.833/2003 (instituição) e 13.043/2014 (alteração dos tributos federais) - (C1 e C2)

Lei nº 116/2003, par. 8º e 8ºA (variável, a depender do município) - (C3)

Lei nº 12.546/2011 (instituição) e 13.161/2015 (facultativa para grupos 412, 432, 433, 439 da CNAE 2.0) - (C4)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO VI
CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DA NOTA TÉCNICA



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**

ANEXO VI – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO E NOTA TÉCNICA

I. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO

O julgamento da proposta técnica observará a seguinte pontuação, conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e neste anexo. A avaliação será realizada com base nos seguintes critérios:

Critério	Nota Técnica
Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante - ECTO	50
Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante - ECTP	50

Serão desclassificadas as Propostas Técnicas dos licitantes que não atingirem a nota mínima de 30% (trinta por cento) das notas máximas em cada um dos quesitos discriminados no quadro acima.

Quadro 1. Experiência e Capacidade Técnico-Operacional do Licitante - ECTO (50 pontos)

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTOS (por atendimento ao item)	MÁXIMO (atestados/certificados)	NOTA MÁXIMA
1.1	Atestado de Capacidade Técnica em gerenciamento ou fiscalização de obras de construção de edificações, com área construída igual ou superior a 5.000 m².	Eliminatório e Classificatório	5	3	15
1.2	Atestado de Capacidade Técnica em gerenciamento ou fiscalização com Metodologia BIM - comprovando que a licitante executou serviços de gerenciamento, fiscalização ou coordenação em OBRAS ou PROJETOS de edificações com área mínima de 2.000 m², utilizando a metodologia BIM.	Eliminatório e Classificatório	5	3	15
1.3	Atestado(s) de Capacidade Técnica em Gerenciamento ou Fiscalização de obras que tenham obtido certificação de sustentabilidade ou eficiência energética (ex: LEED, AQUA-HQE, Selo Procel Edifica).	Classificatório	2	2	4
1.4	Atestado(s) de Capacidade Técnica demonstrando experiência em gestão, fiscalização ou supervisão de contratos de obras públicas.	Classificatório	3	3	9
1.5	Comprovação de implementação e manutenção de sistemas de gestão da qualidade , por meio de certificados válidos: i. ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) ii. PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)	Classificatório	4	1	4
1.6	Comprovação de implementação e manutenção de sistemas de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional e Meio Ambiente , por meio de certificados válidos: i. ISO 45001 ou OHSAS 18001 (Saúde e Segurança) ii. ISO 14001 (Meio Ambiente)	Classificatório	3	1	3
Nota máxima - ECTO					50



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Quadro 2. Experiência e Capacidade Técnico-Profissional do Licitante - ECTP (50 pontos)

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTOS por cada unidade avaliada	Unidades máxima a ser apresentada	Máxima pontuação o no item
2.1	CORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Civil, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência em atividades de gestão, coordenação ou fiscalização de obras de edificações. - Unidade avaliada: anos de experiência	Eliminatório e Classificatório	2,00 por ano completo de experiência	5	10
2.2	GERENTE DE BIM (BIM Manager) - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia (Civil, de Produção, Mecânica, Elétrica ou áreas correlatas) ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de atuação em projetos de edificações, envolvendo atividades de elaboração, coordenação ou fiscalização, com aplicação efetiva da metodologia BIM. - Unidade avaliada: anos de experiência	Eliminatório e Classificatório	2,00 por ano completo de experiência	5	10
2.3	FISCAL DE OBRAS Engenharia Civil - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Civil, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1 (um) ano de experiência em atividades de gestão, coordenação, fiscalização ou execução de obras de edificações de múltiplos pavimentos. - Unidade avaliada: anos de experiência	Classificatório	1,00 por ano completo de experiência	5	5
2.4	FISCAL DE OBRA Arquitetura - Formação Acadêmica: Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1(um) ano de experiência em atividades de gestão, coordenação, fiscalização ou execução de obras de edificações. - Unidade avaliada: anos de experiência	Classificatório	1,00 por ano completo de experiência	5	5



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.5	FISCAL DE OBRAS - Engenharia de Segurança do Trabalho - Formação Acadêmica: Diploma de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), acompanhado de certificado de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, também reconhecido pelo MEC. O profissional deverá possuir registro ativo e regular no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU). Experiência Profissional: Comprovação de, no mínimo, 1 (um) ano de experiência como Engenheiro de Segurança do Trabalho, atuando diretamente na fiscalização, gerenciamento ou execução de obras de construção civil. A comprovação deverá detalhar o papel desempenhado pelo profissional em cada projeto, bem como suas responsabilidades específicas relacionadas à segurança do trabalho no ambiente de obra. - Unidade avaliada: anos de experiência	Classificatório	0,75 por ano completo de experiência	4	3
2.6	FISCAL DE INSTALAÇÕES PREDIAIS - Engenharia Elétrica - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Energia, ou outra formação de nível superior que, comprovadamente, confira as atribuições profissionais necessárias para projetar e/ou executar obras de instalações elétricas prediais e sistemas de automação predial, compatíveis com o objeto da licitação. É obrigatório possuir registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA). Experiência Profissional: Experiência em Fiscalização, coordenação, projetos ou Execução de Instalações Elétricas Prediais: Comprovação de experiência profissional, na elaboração de projetos E/OU na fiscalização/execução/gerenciamento de obras de instalações elétricas em edificações. - Unidade avaliada: CAT - (Certificados de acervo técnico)	Classificatório	1,00 por CAT apresentada	5	5
2.7	FISCAL DE INSTALAÇÕES PREDIAIS - Engenharia Mecânica - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia Mecânica ou outra formação de nível superior que, comprovadamente, confira ao profissional as atribuições legais para projetar e/ou executar instalações mecânicas prediais, tais como Engenharia Industrial com ênfase em Mecânica, Engenharia de Produção Mecânica ou áreas correlatas. A formação deve ser compatível com o escopo do objeto licitado. É obrigatório possuir registro ativo no CREA. Experiência Profissional: Comprovação de experiência na fiscalização, elaboração de projetos de instalações mecânicas prediais e/ou na execução ou gerenciamento de obras envolvendo tais sistemas. - Unidade avaliada: CAT - (Certificados de acervo técnico)	Classificatório	1,00 por CAT apresentada	5	5



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.8	<p>FISCAL DE OBRAS - Eficiência Energética - Formação Acadêmica: Graduação em Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo, com registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU).</p> <p>Experiência Profissional: A comprovação da qualificação e experiência do profissional se dará pela apresentação de documentação que ateste sua expertise na área, por meio de pelo menos uma das seguintes abordagens comprobatórias:</p> <p>1. Atuação Profissional Direta: Comprovação de atuação em atividades de gerenciamento, fiscalização, coordenação ou consultoria, seja na fase de obras ou de projetos, em edificações que obtiveram certificação de sustentabilidade ou eficiência energética (LEED, AQUA-HQE, Selo Procel Edifica, ou similar).</p> <p>Evidência:</p> <p>2. Atuação Acadêmica e de Pesquisa Aplicada: Comprovação de titulação de Mestre ou Doutor em área correlata à eficiência energética e desempenho de edificações. Evidência: Diploma do curso de pós-graduação, acompanhado da comprovação de, no mínimo, uma publicações de artigo em periódico ou congresso científicos relevante sobre o tema de certificação energética, simulação termoenergética ou desempenho de edificações.</p> <p>- Unidade avaliada: CAT - (Certificados de acervo técnico) ou publicação acadêmica</p>	Classificatório	1,00 por CAT ou publicação	2	2
2.9	<p>Certificação em BIM: Comprovação de certificação profissional em Building Information Modeling (BIM), sendo emitida por entidade de reconhecimento internacional, tais como buildingSMART International (Professional Certification – Practitioner ou superior) ou similar, ou por entidade reconhecida no mercado nacional (ex: Autodesk Certified Professional ou outras instituições de notório saber e reconhecimento na área de BIM). Poderá ser apresentado um certificado para até quatro profissional constante do ECTO</p> <p>- Unidade avaliada: Certificados</p>	Classificatório	0,50 por certificado	4	2
2.10	<p>Pós-graduação/Especialização em BIM: Comprovação de conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) ou <i>stricto sensu</i> (mestrado) com carga horária mínima compatível com as normativas do MEC, focado em Gestão de Projetos em BIM ou áreas correlatas (ex: Gerenciamento de Projetos com Ênfase em BIM, Implementação BIM, Coordenação BIM Avançada). A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de cópia do certificado de conclusão do curso, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC e histórico escolar de graduação com as disciplinas do curso. Poderá ser apresentado um certificado para até quatro profissional constante do ECTO</p> <p>- Unidade avaliada: Certificados</p>	Classificatório	0,75 por diploma	4	3
Nota máxima - ECTP					50



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Observações:

1. Um mesmo atestado poderá ser utilizado para comprovar o atendimento a mais de um item de pontuação, desde que contenha todas as informações pertinentes a cada item.
2. Para cada profissional-chave indicado (itens 2.1 a 2.8), a licitante poderá apresentar um ou mais atestados/documentos que, em conjunto, comprovem a experiência total exigida para o respectivo posto. A soma de experiências de diferentes profissionais para atender aos requisitos de um único posto não será admitida.
3. Fica facultado o acúmulo de funções para os profissionais indicados, conforme as seguintes condições:
4. O profissional designado para a função de Fiscal de Obras - Eficiência Energética (item 2.8) poderá ser o mesmo indicado para qualquer outra função na equipe técnica.
5. O profissional designado para a função de Gerente de BIM (item 2.2) poderá acumular as funções de outros fiscais técnicos, porém, em nenhuma hipótese, poderá acumular a função de Coordenador de Fiscalização de Obras (item 2.1).
6. No caso de acúmulo de funções, conforme permitido no item anterior, o profissional indicado deverá, obrigatoriamente, comprovar o atendimento integral e simultâneo a todos os requisitos de formação e experiência profissional exigidos para cada uma das funções que irá acumular. A documentação comprobatória para cada qualificação deverá ser apresentada de forma distinta e completa.

Cálculo da Pontuação Final das Licitantes

A pontuação final das licitantes será estabelecida com base na média ponderada das valorações das propostas técnica e de preço, conforme os critérios definidos no Termo de Referência e neste anexo.

1. Fórmulas de Cálculo

NT = Nota Técnica

$$NT = (Nota da ECTO + Nota da ECTP) \div 100$$

Onde:

- ECTO: Experiência e Capacidade Técnico Operacional do Licitante
- ECTP: Experiência e Capacidade Técnica Profissional do Licitante

NP = Nota da Proposta de Preço

$$NP = X_1 \div X_2$$

Onde:

- X₁: Menor valor global proposto entre os licitantes classificados
- X₂: Valor global proposto pelo licitante classificado

NF = Nota Final



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

$$NF = (0,7 \times NT + 0,3 \times NP) \times 100$$

As propostas técnica e de preço serão ponderadas na proporção máxima de 70% (setenta por cento) para a proposta técnica, conforme previsto no art. 36, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 13, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

A fórmula matemática adotada reflete o peso de 70% para a proposta técnica e 30% para a proposta de preço.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO VII
TERMO DE JUSTIFICATIVAS RELEVANTES



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO VII

TERMO DE JUSTIFICATIVAS RELEVANTES

CONTRATAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA PARA RETOMADA DE
OBRA DO NOVO FÓRUM TRABALHISTA DE MANAUS - NFTM



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO	3
2. JUSTIFICATIVA PARA A METODOLOGIA DE PONDERAÇÃO E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA	5
3. ADOÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO"	6
4. PRAZO DE EXECUÇÃO E ATIVIDADES	7
5. VALOR DE REFERÊNCIA	9
6. DIMENSIONAMENTO DO CORPO TÉCNICO	10
7. UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES OPERACIONAIS E FORMA DE APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS.....	11
8. JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO	13
9. JUSTIFICATIVA PARA APROPRIAÇÃO DOS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE ADOTADOS	15
10. JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DE NOTA TÉCNICA MÍNIMA POR QUESITO (CLÁUSULA DE BARREIRA).....	16



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

1. ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

A obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM) detém, de maneira geral, características de alta complexidade técnica que foram fartamente justificadas e demonstradas em seu respectivo processo. Além dos altos vultos envolvidos – o que por si só já representam um grande desafio na contratação –, a metodologia projetual empregada (BIM) demanda que a execução da obra seja realizada por empresas construtoras com o devido *know-how*, munindo-se de ferramentas e profissionais treinados para projetos de alto desempenho.

Nesse contexto, ganha relevância a *expertise* da equipe de fiscalização subsidiária para o acompanhamento da obra. O escritório contratado deverá manter, além de sua capacidade operacional, corpo técnico adequadamente treinado e certificado para manipular dados de modelos elaborados inteiramente no método BIM, o que representa atividade altamente intelectual e de grande especialização.

Diferentemente da fiscalização tradicional, que se concentra na comparação entre o executado e os projetos em duas dimensões (2D), a fiscalização em BIM opera em um ambiente rico em informações, onde o modelo digital conserva todas as diretrizes de aceitação dos serviços. O fiscal não apenas inspeciona a geometria e o andamento físico da obra, mas analisa um vasto conjunto de dados paramétricos inseridos nos elementos do modelo, conforme preconiza a série de normas ABNT NBR ISO 19650. Essa análise requer elevada capacidade de interpretação e conhecimento técnico para validar se as informações são consistentes e adequadas para cada fase da obra, frente às especificidades do modelo.

Afinal, é bem verdade que há no mercado de projetos empresas com vasta experiência em fiscalização de obras de múltiplos pavimentos, entretanto o nicho é absurdamente restringido quando se exige sofisticação e domínio tecnológico dos dados em BIM. A presente justificativa demonstra que a ponderação entre a capacidade técnica e a proposta de preço é a única medida que assegura a proteção do investimento público e o sucesso do empreendimento.

1. Fundamentação Jurídica

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, de maneira expressa, a aplicação do critério de julgamento por técnica e preço para atividades **predominantemente intelectuais**, como se observa no excerto:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

- I - **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
- II - **serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito**, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
- III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;
- IV - obras e serviços especiais de engenharia (grifos acrescidos)

Ademais, encontra-se fundamento na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.071/2019-Plenário, em que é reiterada a inadequação do critério de menor preço para a contratação de serviços nos quais a expertise técnica é preponderante.

Isso posto, fica clarificado que a Lei de Licitações autoriza, expressamente, o uso do julgamento por "técnica e preço" para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectuais, com aplicação de alta tecnologia em obras e serviços especiais de engenharia. A escolha por este critério excepcional cumpre o **Princípio da Motivação**, exigindo que a Administração exponha as razões de fato e de direito que a justificam.

2. Análise de Risco da Adoção do Critério de "Menor Preço"



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Caso a adoção do critério padrão de "menor preço" fosse adotada, representaria um risco administrativo e financeiro inaceitável para a Administração Pública, pelos seguintes motivos:

- **Risco Financeiro (Falsa Economicidade):** Uma empresa sem a qualificação técnica necessária e sem a devida expertise na metodologia BIM, ainda que apresente o menor preço, tem uma probabilidade significativamente maior de cometer erros executivos. Tais erros levariam a retrabalhos, atrasos na entrega de relatórios e, inevitavelmente, a pleitos e aditivos contratuais.
- **Risco de Desempenho (Não Atendimento ao Interesse Público):** O objetivo final do contrato é proceder com o acompanhamento técnico dos serviços da obra frente às especificações do ambiente virtual, fazendo as devidas intervenções junto à empresa executora, caso necessário. A simples redução do valor proposto pelo licitante não repercute, de forma fidedigna, na certeza da qualificação técnica de seu corpo técnico.

Diante do exposto, fica demonstrado que o preço, isoladamente, é um indicador insuficiente e temerário para selecionar a empresa que fiscalizará a obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus. A complexidade intrínseca ao projeto, a interface crítica com a estrutura existente e as metas de desempenho e sustentabilidade exigem a comprovação de capacidade técnica dos fiscais como condição indispensável.

Portanto, a adoção do critério de julgamento por "**técnica e preço**" é a única medida administrativa que equilibra a busca pela proposta mais vantajosa com a mitigação de riscos, assegurando eficiência nos procedimentos de fiscalização.

2. METODOLOGIA DE PONDERAÇÃO E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

A definição da metodologia de pontuação, bem como a estruturação dos critérios técnicos, é um ato de gestão de risco que visa equilibrar a busca pela economicidade com a necessidade imperativa de competência técnica para a execução de um objeto cuja atividade é predominantemente intelectual. O risco de uma ponderação inadequada ou de critérios mal definidos seria anular o propósito do julgamento por "técnica e preço", resultando em um processo que poderia ser questionado por falta de razoabilidade ou direcionamento.

1. Justificativa para a Ponderação 70% (Técnica) / 30% (Preço)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

O Art. 37 da Lei nº 14.133/2021, em conjunto com seu § 2º, estabelece uma regra específica que se sobrepõe à regra geral de ponderação disposta no Art. 36. Enquanto o Art. 36 confere à Administração a discricionariedade para fixar o peso da técnica em até 70%, o § 2º do Art. 37 cria uma exceção para determinados serviços intelectuais, tornando a ponderação um ato vinculado, ou seja, obrigatório.

Para a aplicação desta regra específica, duas condições cumulativas devem ser atendidas. A primeira é a natureza do serviço: deve se enquadrar nas alíneas "a" (elaboração de projetos), "d" (fiscalização, supervisão ou gerenciamento) ou "h" (controle de qualidade tecnológico) do inciso XVIII do art. 6º da Lei. A contratação de uma **empresa de fiscalização de obras enquadra-se perfeitamente na alínea "d"**. A segunda condição é o valor estimado da contratação, que **deve ser superior a R\$ 300.000,00**. Considerando que o valor referencial é de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a segunda condição é satisfeita.

Atendidas essas duas condições, o legislador determinou que o julgamento será, obrigatoriamente, por "melhor técnica" ou por **"técnica e preço"**. No caso da escolha por "técnica e preço", o inciso II do § 2º do Art. 37 é taxativo ao fixar a proporção em "70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica".

3. REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO"

A escolha do regime de empreitada por preço unitário encontra amparo no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que o indica quando o objeto a ser contratado não puder ser definido com precisão. No caso de um contrato de fiscalização, embora o escopo das atividades mensais seja perfeitamente definido, a quantificação total do objeto – ou seja, o número total de meses de fiscalização – não pode ser determinada com exatidão a priori.

Conforme o art. 6º, inciso XXIX, da mesma lei, a empreitada por preço unitário é a contratação de serviço por preço certo de unidades determinadas. Para o presente contrato, a "unidade" é o "mês de fiscalização", com uma equipe e um escopo de atividades bem definidos. **A contratação se dará pela multiplicação do valor desta unidade pelo número de meses em que o serviço for efetivamente prestado**, conferindo a flexibilidade necessária para a gestão do contrato.

A principal justificativa técnica para a adoção deste regime reside na natureza acessória e dependente do contrato de fiscalização em relação ao contrato de execução da obra. O cronograma da fiscalização é um reflexo direto do cronograma da obra executada. Potenciais atrasos na obra, decorrentes de fatores diversos como intempéries, problemas



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

de fornecimento ou baixo desempenho da construtora, **impactarão de forma direta e inevitável a duração do contrato de fiscalização.**

Para exemplificar, se a empresa executora atrasar a conclusão de uma etapa crítica em dois meses, a equipe de fiscalização deverá permanecer mobilizada por igual período para garantir a correta supervisão dos serviços. Em um regime de preço global, o contrato teria um prazo fixo, e a necessidade de estender a fiscalização por mais dois meses exigiria um termo aditivo. Tal aditivo seria de complexa justificativa, pois não se trataria de um acréscimo de escopo, mas de uma dilatação temporal causada por terceiro, o que poderia gerar questionamentos por parte dos órgãos de controle.

O regime por preço unitário, cujo objeto é o "mês de fiscalização", oferece a flexibilidade necessária para gerir tal incerteza. Caso o prazo da obra seja estendido por motivos justificados, o contrato de fiscalização acompanha essa extensão de forma natural, medindo-se e pagando-se as unidades (meses) adicionais de serviço prestado. Esta abordagem protege a Administração, que paga apenas pelo que é efetivamente realizado, e confere segurança jurídica ao contrato, que já prevê em sua matriz a variabilidade da quantidade de unidades a serem executadas.

Adicionalmente, o regime por preço unitário também protege a Administração em caso de paralisação da obra, permitindo a suspensão da medição e do pagamento dos serviços de fiscalização sem a necessidade de complexos processos de reequilíbrio contratual. Desta forma, a empreitada por preço unitário alinha-se aos princípios da eficiência e da economicidade, pois garante que o desembolso de recursos públicos corresponda estritamente à contraprestação do serviço, adaptando-se à dinâmica real do canteiro de obras.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E ATIVIDADES

Considerando a complexidade da obra e seu prazo de execução de 30 meses, bem como a metodologia projetual empregada (BIM), a empresa fiscalizadora atuará num prazo pouco mais prolongado em relação à empresa executora. Estimou-se, para isso, 5 meses a mais de atividades (35 meses no prazo total de execução) em que se farão ações preliminares ao início e ulteriores (ao final) da efetiva execução da construção. A seguir, em caráter não exaustivo, serão descritas estas atividades:

Análise preliminar do modelo BIM e integração da equipe

Preliminarmente ao início de qualquer atividade, a fiscalização deverá promover o alinhamento interno de suas equipes multidisciplinares. Nesta fase, será realizado o estudo detalhado dos requisitos editalícios, do termo de referência e das demais peças



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

técnicas que compõem o projeto para estabelecer uma estratégia unificada de atuação. O objetivo é garantir que todos os fiscais atuem de forma integrada e coordenada, com pleno conhecimento de suas responsabilidades e dos critérios de aceitação definidos contratualmente.

Ademais, deve haver a imersão técnica no projeto do NFTM, de autoria do escritório RPEOTTA, por meio da análise aprofundada do modelo BIM. Esta análise visa garantir que a equipe de fiscalização possua domínio completo sobre as soluções de projeto, especificações e quantitativos antes do início das atividades de campo. Ato contínuo, a fiscalização participará da reunião inicial do contrato com a equipe do TRT e da construtora para alinhar os procedimentos de trabalho. Nesta fase, será analisado e validado os ajustes do eventograma proposto pela executora (caso aceitos pela fiscalização), assegurando que os fluxos de informação, os protocolos de comunicação e os padrões de entrega estejam em conformidade com o exigido pelo Contratante.

Diante disso, o objetivo é estabelecer uma base colaborativa sólida das equipes, garantindo que todas as partes compreendam suas responsabilidades e que o modelo BIM seja efetivamente seguido ao longo de toda a obra.

Avaliação do planejamento e do cronograma físico-financeiro

A equipe de fiscalização realizará uma análise crítica e pormenorizada do cronograma físico-financeiro e do eventograma (cronograma de marcos) apresentados pela construtora. Essa análise não se limitará à verificação formal dos documentos, mas incluirá a avaliação da exequibilidade das durações, da lógica de interdependência entre as atividades e da alocação de recursos proposta. O monitoramento contínuo comparará o avanço planejado com o efetivamente executado, permitindo identificar desvios de prazo e custo de forma precoce.

O acompanhamento será dinâmico, com a utilização do modelo 4D (modelo 3D vinculado ao cronograma) para simular o progresso da construção e visualizar o impacto de eventuais atrasos. A contratada fiscalizadora deverá exigir e analisar os relatórios periódicos de avanço da construtora, confrontando as informações com as inspeções em campo e os dados do modelo BIM, para validar a evolução física declarada nos boletins de medição antes de encaminhá-los para a equipe do TRT.

Fiscalização das atividades preliminares e de mobilização da executora

Nesse contexto, a atuação da fiscalização também se iniciará antes da execução dos serviços principais. Na fase de mobilização, a equipe deverá inspecionar e aprovar a implantação do canteiro de obras, verificando sua conformidade com o projeto apresentado e com as normas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), em especial a NR-18.

Compete também à fiscalização verificar a realização dos treinamentos admissionais e específicos para as equipes da construtora. Em uma obra em BIM, é fundamental que a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

fiscalização confirme que os operários e encarregados receberam treinamento adequado sobre os procedimentos de extração de informações dos modelos para execução em campo, conforme estabelecido nos termos contratuais. A conferência da documentação da equipe mobilizada (registros, exames de saúde ocupacional) e da mobilização dos equipamentos também faz parte deste escopo inicial.

Emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo

Ao final da execução dos serviços, a fiscalização atuará no processo de recebimento da obra, conforme preconiza o art. 140 da Lei nº 14.133/2021. Para a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP), a equipe realizará uma vistoria completa na edificação, acompanhada por representantes da construtora e do Tribunal. Durante esta vistoria, será elaborada uma lista de pendências e não conformidades, detalhando todos os serviços que necessitam de correção ou complementação para encaminhamento ao TRT. A entrega do modelo *as built* (como construído), devidamente atualizado, é condição essencial para o recebimento provisório.

Após o cumprimento de todas as pendências pela construtora e decorrido o prazo de observação contratual (no qual se verifica a adequação do objeto aos fins a que se destina), a fiscalização realizará nova vistoria. Constatada a inexistência de vícios ou defeitos remanescentes e a perfeita operacionalidade da edificação e de seus sistemas, a equipe auxiliará no acompanhamento de campo para subsídio do servidor ou equipe destacada pela Administração para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), ato que formaliza a entrega final do objeto.

Por fim, ressalta-se que os prazos para a execução das atividades descritas, tanto as que antecedem o início efetivo da construção (pré-obra), como as que sucedem a sua conclusão (pós-obra), encontram-se devidamente detalhados e estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra. Este documento servirá como o principal instrumento de referência para o controle e o monitoramento do cumprimento das etapas contratuais, assegurando a correta transição entre as diferentes fases do empreendimento.

5. VALOR DE REFERÊNCIA

Em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, o orçamento referencial para os serviços de fiscalização foi desenvolvido utilizando os custos de mão de obra extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Assim, fez-se essa opção pois as características de atuação e o rol de responsabilidades, dentre as quais se destaca a fiscalização de campo, são análogas às atividades contempladas pelo SINAPI.

Ainda, o orçamento contemplou os ensaios tecnológicos a serem realizados na obra. Optou-se por contratar tais atividades neste certame para que não ocorra possíveis manipulações nos resultados ocasionados por conflitos de interesses, vez que o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

escritório fiscalizador subsidiário é a parte que subsidiará o TRT na contratação e, portanto, não está envolvido na execução direta da obra.

Outrossim, a data-base de referência adotada para a composição dos preços foi para o Estado do Amazonas, referenciada no mês de junho de 2025, garantindo que os valores refletissem as condições de mercado projetadas para o período de execução do contrato. O orçamento foi elaborado nas versões desonerado e não desonerado, para a aferição do preço referencial mais vantajoso, com a utilização do software Orcafascio. Ademais, foram utilizados dois BDIs distintos, sendo o regular aplicado sobre os profissionais contratados pelo escritório e o diferenciado aplicado sobre os softwares e ensaios tecnológicos, em que a contratada atuará apenas como mera contratante das empresas especializadas nesses ramos. Foram eles:

	BDI Regular	BDI Dif
Desonerado	28,77%	17,87%
Não desonerado	22,62%	12,37%

Diante disso, para assegurar os princípios da economicidade e da vantajosidade, o orçamento desonerado retornou um valor final menor, com a aplicação dos referidos BDIs de 28,77% e 17,87%, resultando no valor final de **R\$ 4.244.069,28**. Desta forma, optou-se por adotá-lo como o valor de referência para o processo licitatório.

6. DIMENSIONAMENTO DO CORPO TÉCNICO

Quanto ao dimensionamento e alocação da equipe técnica, a quantidade de profissionais contemplados na planilha orçamentária foi dimensionada com base nas exigências de cada fase da obra, previstas no cronograma físico-financeiro. A alocação de especialistas **não será linear ao longo dos 35 meses** de contrato, mas sim dinâmica, com a mobilização de cada profissional ajustada aos períodos de maior demanda de sua respectiva disciplina. Como exemplo, cita-se a atuação do engenheiro mecânico, que será intensificada durante a execução das instalações de eletromecânicas.

Adicionalmente, a disposição física e a carga horária de cada profissional foram planejadas para se adequarem à necessidade, em consonância com o cronograma da empresa executora da obra. Esta estratégia de alocação variável otimiza a aplicação dos recursos públicos, assegurando uma fiscalização diligente e contínua sem incorrer em custos de pessoal ocioso em etapas de menor atividade específica, o que demonstra o compromisso com as nuances de economicidade do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

7. UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES OPERACIONAIS E FORMA DE APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS

O presente tem por objetivo fundamentar a inclusão, na planilha de custos diretos, das licenças de softwares específicos para a metodologia *Building Information Modeling* (BIM) no âmbito do contrato de fiscalização da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM). Serão abordados a indispensabilidade técnica destas ferramentas, a sua distinção a softwares de uso comum — cujos custos são remunerados pelo BDI —, e a necessidade de aplicação de uma taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) diferenciada. Toda a argumentação está alinhada às melhores práticas de engenharia de custos e amparada pela jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), visando assegurar a exequibilidade, a transparência e a economicidade da contratação.

Diferenciação em relação a softwares de uso comum

É crucial distinguir estas plataformas de softwares de uso comum, como pacotes de escritório (ex: Microsoft Word, Excel e outros gerenciais). Esses são ferramentas de produtividade de uso geral, destinadas à elaboração de relatórios, planilhas e comunicações textuais. Seu custo é considerado uma despesa administrativa da empresa contratada, já remunerada pelo BDI (administração central) inclusa no preço do contrato. Eles servem, por assim dizer, como ferramentas meio.

Os softwares BIM, por outro lado, não são ferramentas administrativas, mas sim o principal meio de produção e análise para a execução do serviço de fiscalização. A *AEC Collection* (com Revit e Navisworks) permite a criação e auditoria de um modelo 3D paramétrico, onde cada elemento contém dados técnicos, e a detecção de interferências entre projetos. O *Autodesk Build* funciona como um ambiente comum de dados, plataforma de gestão específica para a construção civil, que centraliza e rastreia toda a informação do projeto de forma integrada ao modelo. Portanto, enquanto softwares de escritório são custos indiretos inerentes à estrutura da contratada, as plataformas BIM são custos diretos, intrinsecamente ligados à execução do objeto contratual, justificando sua inclusão explícita no orçamento.

Para fins de clareza, pode-se traçar um paralelo com a área médica. Um processador de texto está para o fiscal como uma caneta está para o médico: um instrumento essencial para registrar suas conclusões em um laudo, mas cujo custo é parte de sua estrutura administrativa geral. O software BIM, em contrapartida, é o equipamento de ressonância magnética ou o sistema de cirurgia robótica: uma ferramenta de alto custo, especializada e indispensável, sem a qual o diagnóstico preciso ou o procedimento complexo (a fiscalização em BIM) não pode ser executado. O BDI remunera a "caneta", mas o custo direto deve prever o "equipamento de ressonância".

Ademais, a natureza do software BIM o qualifica como um insumo direto para a prestação do serviço. Seu uso não é opcional, mas uma imposição da metodologia



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

contratual para garantir a interoperabilidade e a integridade dos dados. Diferentemente de um editor de textos, que pode ser substituído por outro sem prejuízo ao objeto final, a plataforma BIM é o próprio ambiente onde a fiscalização efetivamente ocorre: a análise de modelos, a gestão de documentos e a comunicação de não conformidades são feitas dentro do sistema. Ele é, portanto, parte indissociável do meio de execução do contrato.

Pertinência legal e administrativa

A legalidade de se incluir o custo dos softwares BIM como um item direto na planilha orçamentária da fiscalização, em vez de considerá-lo embutido no BDI (administração local), encontra amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). O entendimento da Corte de Contas é de que o BDI deve remunerar as despesas da administração central da empresa, enquanto os custos diretamente associados à execução do contrato específico devem constar na planilha de custos diretos.

O Acórdão nº 2.622/2013-Plenário, que serve como a principal referência na composição do BDI, estabelece a distinção conceitual entre os custos da administração central (a serem cobertos pelo BDI) e os da administração local (custos diretos). Os softwares BIM, por serem ferramentas indispensáveis e de uso exclusivo para a execução do contrato de fiscalização do NFTM, enquadram-se perfeitamente na categoria de custos diretos da administração local do contrato, não se confundindo com despesas gerais da empresa. A alocação destes softwares como custo direto, portanto, não é apenas uma possibilidade, mas a forma correta de orçamentação segundo a diretriz do TCU.

Apropriação dos custos e utilização de BDI diferenciado

Considerando que os sistemas referenciais de custos, como o SINAPI e o SICRO, não contemplam em suas bases de dados a cotação para licenças de softwares especializados em BIM, a estimativa de custo para as plataformas *Autodesk AEC Collection* e *Autodesk Build* foi obtida por meio de pesquisa de mercado. A cotação foi realizada diretamente junto à empresa Autodesk, desenvolvedora das ferramentas, a fim de se obter um valor de referência fidedigno, atualizado e compatível com as condições comerciais vigentes, em conformidade com o art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a pesquisa direta com fornecedores como um dos parâmetros para a definição do valor estimado da contratação.

Ressalta-se, por oportuno, que a decisão pela utilização desses sistemas calçou-se na uniformização do mesmo ambiente de dados, uma vez que este TRT é detentor de contrato de uso dos softwares Autodesk desde o início da execução dos projetos em BIM. A permissão de uso de outros softwares, ainda que mantenham similaridade técnica, trazem prejuízo na dinâmica de troca de informações entre os entes envolvidos na execução/fiscalização, bem como no acompanhamento do “asbuilt” a ações decorrentes.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Uma vez estabelecida a natureza do software como um custo direto, é imperativo analisar a correta incidência do BDI sobre este item. As licenças de software, para fins de orçamentação, possuem natureza de "material" ou "insumo", e não de "serviço". A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que deve ser aplicado um BDI diferenciado, e menor, para a aquisição de materiais e equipamentos que representem um percentual significativo do valor do contrato, em detrimento do BDI geral aplicado aos serviços.

Esta prática se justifica porque a composição do BDI de serviços inclui parcelas (como o ISS - Imposto Sobre Serviços) que não incidem sobre a aquisição de materiais. Além disso, a parcela de lucro e de administração central alocada a uma simples aquisição, na qual a contratada atua como intermediária, é consideravelmente menor do que a alocada à prestação de serviços intelectuais. Aplicar o BDI integral de serviços sobre o custo dos softwares poderia configurar sobrepreço, prática vedada pela Lei nº 14.133/2021.

O já citado Acórdão nº 2.622/2013-Plenário do TCU estabelece faixas de referência para BDI de fornecimento de materiais e equipamentos, validando a necessidade de uma taxa reduzida para estes casos. A Súmula-TCU nº 253 também corrobora essa visão, ao determinar que o fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica deve ter incidência de BDI reduzido. Embora trate de obras, o princípio se aplica por analogia à fiscalização.

Conclui-se, portanto, que a inclusão do custo das licenças dos softwares *AEC Collection* e *Autodesk Build* na planilha de custos diretos do contrato de fiscalização é uma prática legal, transparente e tecnicamente correta. Esta abordagem, complementada pela aplicação de um BDI diferenciado para a aquisição das licenças, está plenamente alinhada à jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União. A alocação explícita destes custos e a correta incidência do BDI asseguram que a Administração Pública remunere de forma justa e precisa as ferramentas indispensáveis para a efetiva fiscalização do contrato, promovendo a eficiência, a transparência e o correto acompanhamento do empreendimento.

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

1. Fundamentação Jurídica e Natureza do Objeto

A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 15, faculta à Administração a decisão de admitir ou não a participação de consórcios, desde que devidamente justificada. A decisão pela vedação, no presente certame, fundamenta-se na natureza singular do serviço contratado. Trata-se de um contrato de engenharia consultiva, cujo núcleo é a prestação de serviços técnicos especializados de apoio à fiscalização, e não um contrato de execução de obra.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Enquanto em um contrato de execução a soma de capacidades operacionais e financeiras de um consórcio pode ser benéfica para a execução física, em um contrato de serviço intelectual como este, a unidade de comando e a relação de confiança com um interlocutor único são os atributos mais críticos para o sucesso.

2. Análise de Riscos Associados ao Consórcio para Serviços de Gerenciamento

A permissão de consórcios introduziria riscos operacionais e de gestão inaceitáveis para este objeto específico:

Risco de Diluição da Responsabilidade Intelectual: Em um serviço de natureza intelectual, a identificação da origem de uma falha de análise, omissão em um relatório ou parecer técnico equivocado torna-se complexa e litigiosa em uma estrutura de consórcio. A responsabilização solidária, embora legalmente prevista, torna-se de difícil execução prática quando a falha reside na atuação de um profissional específico de uma das empresas consorciadas. A contratação de uma empresa única garante uma linha de responsabilidade direta e inequívoca.

Risco de Ineficiência na Comunicação e Gestão: A fiscalização de uma obra dinâmica como a do NFTM exige decisões ágeis e comunicação fluida. Um consórcio implica, necessariamente, múltiplos centros de decisão e uma camada adicional de gestão interna. A Fiscalização do TRT11 necessita de um canal de comunicação direto e unificado, e não de uma interface com representantes de diferentes empresas, o que poderia burocratizar e retardar a solução de problemas no canteiro.

Risco de Conflitos Internos: A experiência administrativa demonstra que disputas internas entre empresas consorciadas (sobre divisão de tarefas, alocação de recursos ou responsabilidades) podem impactar negativamente o andamento dos serviços, com reflexos diretos na qualidade e na celeridade da fiscalização, prejudicando o interesse da Administração.

3. Análise da Suficiência do Mercado e da Competitividade

A vedação ao consórcio não representa uma restrição indevida à competitividade. O mercado nacional de engenharia consultiva é maduro e dispõe de um número suficiente de empresas de médio e grande porte que possuem, individualmente, toda a expertise técnica e a capacidade operacional necessárias para executar a integralidade do objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

9. APROPRIAÇÃO DOS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE ADOTADOS

A composição do orçamento referencial teve como premissa a utilização dos perfis profissionais previstos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), cujas atribuições são compatíveis com o escopo do serviço de fiscalização da obra e gestão do modelo BIM. Foram selecionados os seguintes profissionais: engenheiro civil de obra sênior (código 93568); arquiteto pleno (código 93570); engenheiro civil de obra pleno (código 93567); técnico em segurança do trabalho (código 100321); técnico de edificações (código 100534); e auxiliar de escritório (código 93566).

Constatou-se, contudo, que o referido sistema não contempla todas as especialidades da engenharia requeridas, como engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro eletricitista e engenheiro mecânico. Para suprir tal lacuna, e considerando que a participação destes profissionais será demandada de forma pontual e não contínua, adotou-se como referência de custo o engenheiro civil de obra horista (código 90778). Tal escolha se justifica pela paridade de complexidade técnica e responsabilidade de suas atribuições em relação aos especialistas demandados, dentro de suas respectivas esferas de atuação.

O principal desafio metodológico na elaboração do orçamento consistiu na definição de uma produtividade adequada para trabalhos de natureza eminentemente intelectual, aplicados à fiscalização de projetos em BIM. A ausência de composições de custo unitário para este tipo de serviço nos sistemas oficiais demandou uma extensa pesquisa por parâmetros de referência.

A diligência empreendida para sanar tal lacuna abrangeu uma prospecção exaustiva em contratos públicos similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em catálogos de sistemas de orçamentação (SINAPI e outras bases públicas), manuais técnicos de instituições de controle (TCU, AGU, TCEs), orientações do DNIT e publicações de entidades consagradas do setor, como o Instituto Brasileiro de Obras Públicas (IBRAOP) e o Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (IBEC) e outras associações particulares (ABECE, IBRAENG). A constatação unânime foi a de que inexistia, na atualidade, um método consolidado para apropriação de coeficientes de fiscalização de obras sob a utilização da metodologia BIM.

Esgotadas as fontes externas, a equipe técnica deste Tribunal procedeu à elaboração de um estudo de produtividade próprio, detalhado na memória de cálculo anexa. A



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

metodologia consiste na confrontação matricial entre os recursos alocados (profissionais e softwares) e os produtos que constituem o escopo do contrato. A partir desta análise, foram atribuídos coeficientes de produtividade a cada recurso, refletindo o grau de envolvimento e a dedicação de tempo necessários para a consolidação de cada entrega.

Este estudo não se fundamenta em critérios subjetivos, mas ancora-se na experiência empírica e mensurável vivenciada por este Tribunal em contratações pretéritas de análoga natureza, notadamente a elaboração de projetos executivos e a fiscalização subsidiária, ambas executadas em metodologia BIM. A metodologia desenvolvida, portanto, embora inédita por necessidade, é fruto de um processo técnico, transparente e fundamentado na realidade operacional deste órgão, representando a solução mais fidedigna e defensável para a estimativa de custo do serviço.

Diante do exposto, a metodologia de apropriação de custos desenvolvida não representa uma escolha discricionária ou sem fundamentação, mas sim a única solução técnica viável ante a lacuna normativa e de mercado para a fidedigna orçamentação de um serviço de alta especialização. Sua fundamentação na experiência concreta deste Tribunal confere-lhe a objetividade e a rastreabilidade exigidas pelos órgãos de controle, constituindo-se na estimativa mais justa e precisa para a contratação, em plena consonância com os princípios da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. EXIGÊNCIA DE NOTA TÉCNICA MÍNIMA POR QUESITO (CLÁUSULA DE BARREIRA)

A estipulação de uma nota técnica mínima de 30% em cada um dos dois quesitos de avaliação – Experiência e Capacidade Técnico-Operacional (ECTO) e Experiência e Capacidade Técnico-Profissional (ECTP) – é uma medida de prudência e gestão de risco indispensável. O problema central que se busca resolver é a possibilidade de uma licitante ser classificada com base em uma pontuação técnica geral aceitável, mas que mascara uma deficiência grave e inaceitável em uma das duas áreas fundamentais (a empresa ou a equipe). O risco mais relevante seria a contratação de uma empresa com bom portfólio, mas com uma equipe despreparada (ou vice-versa), o que comprometeria a execução do contrato. A presente justificativa demonstra que esta cláusula de barreira é uma salvaguarda necessária para garantir um nível mínimo e equilibrado de qualificação em ambas as dimensões da capacidade técnica.

1. Fundamentação na Natureza Dual da Capacidade Técnica



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

O sucesso da prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização de uma obra complexa como a do NFTM depende de duas capacidades distintas, porém complementares e indissociáveis:

Capacidade Operacional (ECTO): Refere-se à empresa como organização. Avalia seu histórico, seus processos de gestão (qualidade, segurança), sua estrutura e sua experiência comprovada em projetos de porte e complexidade similares. Uma empresa sem a devida capacidade operacional não possui a maturidade gerencial para sustentar um contrato de longo prazo.

Capacidade Profissional (ECTP): Refere-se à equipe que será efetivamente alocada no projeto. Avalia a formação, a experiência e a qualificação específica dos profissionais-chave que estarão no dia a dia do canteiro, tomando decisões e fiscalizando os serviços. Uma equipe sem a devida capacidade profissional não possui o conhecimento técnico para identificar desvios, validar a qualidade e garantir a conformidade da execução.

A ausência de competência em qualquer uma dessas duas áreas é, por si só, um fator de risco crítico que pode levar ao fracasso do contrato. Não adianta uma empresa ter os melhores certificados de gestão (ECTO) se os profissionais alocados na obra são inexperientes (ECTP deficiente). Da mesma forma, não adianta ter uma equipe de profissionais brilhantes (ECTP) se a empresa por trás deles não possui estrutura ou processos para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços (ECTO deficiente).

2. Análise de Risco da Ausência da Cláusula de Barreira

Sem a exigência de uma nota mínima por quesito, um cenário de risco se tornaria possível: uma licitante poderia, por exemplo, obter uma pontuação excelente de 45 pontos (90%) em ECTO e uma pontuação muito baixa de 10 pontos (20%) em ECTP. Sua nota técnica final seria $(45+10) = 55$, um valor aparentemente competitivo. No entanto, esta pontuação mascararia o fato de que a equipe proposta é tecnicamente fraca e não atende a um padrão mínimo de qualidade, representando um risco inaceitável para a fiscalização da obra.

A cláusula de barreira de 30% (equivalente a 15 pontos em 50) atua como um "fusível" de segurança. Ela garante que, para ser considerada tecnicamente habilitada, a licitante deve demonstrar um nível mínimo de proficiência tanto em sua capacidade como empresa quanto na qualificação de sua equipe.

Portanto, a exigência de uma nota mínima de 30% em cada quesito (ECTO e ECTP) não é uma medida de restrição à competitividade, mas sim um critério de razoabilidade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

e de mitigação de risco. Ela assegura o equilíbrio indispensável entre a capacidade da organização e a competência de seus profissionais, garantindo que somente as licitantes que demonstrem uma qualificação técnica mínima e balanceada em ambas as frentes possam prosseguir no certame. Esta medida é fundamental para proteger o interesse público e assegurar a contratação de um serviço de gerenciamento e fiscalização efetivamente



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO VIII

ESCOPO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

ANEXO VIII

ESCOPO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO

1. OBJETIVO DO ANEXO

Este anexo tem por objetivo detalhar o escopo dos serviços e estabelecer os critérios de medição e aceitação para a empresa contratada para o gerenciamento e fiscalização da obra do NFTM. Sua finalidade é assegurar objetividade, transparência e gestão por resultados, definindo de forma inequívoca os produtos (entregáveis) e as atividades contínuas que compõem o objeto contratado.

Na tabela 1 estão apresentados os itens, as respectivas unidades, as frequências de pagamento e as quantidades estimadas.

Tabela 1 – Lista de itens, unidades e quantidades de medição

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Frequência/Marco	Quant
1.0	FASE DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO (Primeiros 45 dias)			
1.1	Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra	UND	Única (Até D+30 da OS)	1,00
1.2	Análise e Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora	UND	Única (Até D+45 da OS)	1,00
2.0	FASE DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO (Mensal)			
2.1	Fiscalização Contínua dos Serviços da Obra	MÊS	Mensal	30,00
2.2	Relatório Semanal de Acompanhamento	UND	Semanal	130,00
2.3	Relatório Mensal de Gerenciamento e Medição	UND	Mensal	30,00
2.4	Gestão do Fluxo de Informações no CDE e Análise de Modelos - BIM	MÊS	Mensal	32,00
2.5	Relatórios Técnicos Específicos (Extraordinários)	UND	Sob Demanda	50,00
3.0	FASE DE ENCERRAMENTO E COMISSIONAMENTO (Marcos Finais)			
3.1	Assessoramento e relatório da certificação de eficiência energética	UND	Marco (Fase Final)	1,00
3.2	Análise e Validação do "As-Built" em BIM	UND	Marco (Final)	1,00
3.3	Relatório Final de Encerramento da Obra	UND	Única (Final)	1,00

FASE 1.0: MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO (Primeiros 45 dias)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 1.1 - Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra

Objetivo:

Instituir o Manual de Gerenciamento e Fiscalização, documento que servirá como o guia operacional e normativo da Contratada. Sua finalidade é detalhar todos os processos, ferramentas e fluxos de trabalho, garantindo o total alinhamento processual com a Construtora da obra e com a Fiscalização do TRT11, estabelecendo o quadro de referência para todas as atividades contratuais.

Critérios de Aceitação:

O documento será considerado aprovado quando detalhar, de forma clara e exhaustiva, no mínimo:

1. Metodologia de Fiscalização por Disciplina: Detalhamento dos pontos de verificação e dos protocolos de inspeção para cada área: engenharia civil, arquitetura, instalações elétricas, instalações mecânicas, automação e demais sistemas especiais.
2. Estrutura Organizacional: O organograma funcional detalhado da equipe alocada, com a definição clara de papéis, responsabilidades e alçadas de decisão de cada profissional.
3. Fluxos de Comunicação e Aprovação: A definição formal dos canais e fluxos de trabalho para a comunicação entre a Contratada, a Construtora da obra e a Fiscalização do TRT11, estabelecendo o Ambiente Comum de Dados (CDE) como a plataforma única para o registro de toda a comunicação oficial.
4. Metodologia de Aplicação do BIM em todo o ciclo contratual: A descrição detalhada de como os modelos BIM serão utilizados ao longo de todo o ciclo de vida do contrato, incluindo:
 - a) Planejamento: Procedimentos para a análise e validação do Plano de Execução BIM da Construtora da obra e para a configuração dos fluxos de trabalho no CDE.
 - b) Execução e Fiscalização em Campo: Detalhamento do uso de dispositivos móveis para consulta dos modelos no canteiro, verificação de conformidade do executado em relação ao modelo e o processo para registro de não conformidades diretamente vinculadas aos elementos do modelo.
 - c) Monitoramento e Controle: Processo para a análise do avanço físico (simulação 4D), validação de quantitativos para medição (análise 5D) e a realização de verificações de interferências periódicas nos modelos atualizados.
 - d) Encerramento: Metodologia para a auditoria e validação do modelo "as built", garantindo sua fidelidade e a integridade das informações para a futura Operação e Manutenção.
5. Planos Específicos de Fiscalização: Apresentação de planos detalhados para áreas críticas, contendo metodologia, frequência de inspeções e critérios de verificação:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

- a) Plano de Fiscalização de Engenharia de Segurança do Trabalho: Metodologia para a verificação contínua da conformidade com as Normas Regulamentadoras, em especial a NR-18. O plano deverá detalhar a frequência das inspeções de segurança, a auditoria documental do PCMAT, a verificação do uso de EPIs e da implantação de EPCs, e os procedimentos para registro e tratamento de desvios e incidentes.
 - b) Plano de Fiscalização para a Certificação de Eficiência Energética: Metodologia para o acompanhamento e a garantia de atendimento aos requisitos do Selo Procel Edificações Nível A. O plano deverá detalhar os roteiros de inspeção para a fachada ventilada, esquadrias e sistemas de climatização; o processo de verificação e validação de materiais e sistemas críticos; e a gestão do fluxo de documentação necessária para a submissão à entidade certificadora.
6. Ferramentas de Controle da Qualidade: A definição e apresentação dos modelos (*templates*) de todas as ferramentas de controle a serem utilizadas, incluindo, no mínimo, os relatórios periódicos e específicos (semanal, mensal, extraordinário), Fichas de Verificação de Serviço (FVS) para cada atividade crítica, Listas de Verificação (*checklists*) para inspeções de rotina. etc.
 7. Procedimentos de Gestão: Os procedimentos detalhados para a gestão de riscos, o controle de mudanças no escopo e a gestão de pleitos contratuais.

O critério final de aceitação é a aprovação formal do documento pela Fiscalização do TRT11, que avaliará a completude, a clareza e a adequação do plano à complexidade da obra do NFTM.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) do produto entregue e aprovado. O pagamento correspondente a este item será liberado na primeira medição mensal subsequente à aprovação formal do "Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra" pela Fiscalização do TRT11, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 1.2: Análise e Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora

Objetivo:

Exercer o controle de qualidade e a análise crítica sobre o planejamento executivo elaborado pela Construtora da obra, assegurando sua exequibilidade, coerência e aderência aos requisitos contratuais, antes do início efetivo dos serviços construtivos, como medida fundamental de mitigação de riscos.

Critérios de Aceitação:

O parecer técnico será considerado aceito quando apresentar uma análise crítica e fundamentada sobre, no mínimo, os seguintes documentos de planejamento da Construtora da obra:

1. Plano de Execução BIM (PEB): Verificação da sua aderência às exigências do edital, da clareza dos processos, dos fluxos de trabalho e da definição de responsabilidades para a gestão da informação.
2. Cronograma Executivo e Eventograma: Análise da exequibilidade dos prazos, da coerência da sequência construtiva, da identificação e validação do caminho crítico, da compatibilidade da alocação de recursos (mão de obra e equipamentos) com as durações das atividades e da consideração das interfaces críticas com a estrutura preexistente.
3. Plano de Mobilização e Logística de Canteiro: Verificação da adequação do layout do canteiro, da logística de recebimento de materiais e da estratégia de mobilização de equipes e equipamentos, em conformidade com a NR-18.
4. Planos de Segurança e Qualidade: Análise da consistência e suficiência dos planos de segurança (PCMAT, PGR) e de controle da qualidade a serem implementados.
5. Validação de modelos de documentos e de fluxos de trabalhos apresentados pela Construtora da obra.

O critério final de aceitação é o aceite formal do parecer técnico pela Fiscalização do TRT11, que avaliará a profundidade da análise e a clareza das recomendações apresentadas.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) do produto entregue e aprovado. O pagamento correspondente a este item será liberado na primeira medição mensal subsequente ao aceite formal do "Parecer Técnico sobre o Plano de Execução da Construtora da Obra" pela Fiscalização do TRT11, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

FASE 2.0: EXECUÇÃO E MONITORAMENTO (Mensal)

Item 2.1 - Fiscalização Contínua dos Serviços da Obra

Objetivo:

Assegurar a conformidade da execução da obra com os projetos, contrato, memoriais descritivos, normas técnicas, boas práticas da engenharia e com as Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU). A finalidade é garantir a qualidade construtiva, a segurança das operações e a aderência ao cronograma, atuando de forma proativa na prevenção e correção de desvios.

Crítérios de Aceitação:

A atividade será considerada cumprida mensalmente mediante a comprovação da disponibilização da equipe-chave, conforme o Anexo de Profissionais do contrato, e da execução sistemática das seguintes atividades, a serem evidenciadas nos relatórios e no diário de obras:

1. Acompanhamento das Frentes de Serviço: Presença contínua dos profissionais da Contratada nas diversas frentes de trabalho ativas, verificando a correta aplicação dos métodos executivos e o cumprimento das etapas previstas no planejamento.
2. Verificação de Materiais e Equipamentos: Inspeção dos materiais recebidos no canteiro, verificando sua conformidade com as especificações de projeto por meio da análise de certificados de qualidade, notas fiscais e ensaios tecnológicos, quando aplicável.
3. Gestão do Diário de Obras: Registro diário das atividades, ocorrências, condições climáticas, efetivo de mão de obra e equipamentos. Inclui a validação das informações lançadas pela Construtora da obra e a emissão de respostas, orientações e determinações formais.
4. Suporte Técnico à Construtora da Obra: Atuação como primeiro canal para o esclarecimento de dúvidas técnicas de execução, visando a agilidade na resolução de problemas e a manutenção do ritmo da obra.
5. Controle da Qualidade e Não Conformidades: Aplicação sistemática das Fichas de Verificação de Serviço (FVS) e listas de verificação, com a identificação, registro e acompanhamento da resolução de todas as não conformidades identificadas em campo.

O critério final de aceitação é o ateste mensal, pela Fiscalização do TRT11, de que as atividades de fiscalização contínua foram realizadas de forma satisfatória e diligente.

Crítério de Medição:

A medição será realizada por mês (MÊS). O pagamento correspondente a este item será efetuado mensalmente, mediante a comprovação do cumprimento dos critérios de aceitação, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 2.2 - Relatório Semanal de Acompanhamento

Objetivo:

Prover à Fiscalização do TRT11 um panorama ágil, frequente e objetivo sobre o andamento da obra, permitindo o acompanhamento tático das frentes de serviço, a identificação precoce de desvios e a tomada de decisões rápidas. O relatório visa garantir a transparência e a comunicação contínua entre a equipe de campo e a gestão do contrato.

Critérios de Aceitação:

O relatório será considerado aceito quando for submetido via Ambiente Comum de Dados (CDE) até o primeiro dia útil da semana subsequente à de referência, em conformidade com o modelo aprovado no "Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra", contendo, no mínimo:

1. Resumo do Avanço Físico: Descrição sucinta das principais atividades executadas na semana em cada frente de serviço, comparando o realizado com o previsto no cronograma executivo.
2. Registro Fotográfico Datado: Conjunto de fotografias que ilustrem o progresso dos serviços e eventuais pontos de atenção, devidamente identificadas com data e local.
3. Status dos Riscos e Problemas: Atualização sobre os principais riscos monitorados, com a indicação de eventuais problemas ou impedimentos ocorridos na semana que possam impactar o cronograma, a qualidade ou os custos.

Pontos de Atenção: Uma seção de alerta destacando as atividades críticas, as decisões necessárias e os principais desafios previstos para a semana seguinte.

O critério final de aceitação é o recebimento do relatório no prazo e a constatação, pela Fiscalização do TRT11, de que o documento reflete de forma fidedigna a situação da obra na semana de referência.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de relatório entregue e aceito. O pagamento correspondente a cada relatório será acumulado e liberado na medição mensal, conforme o valor unitário definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2.3 - Item Relatório Mensal de Gerenciamento e Medição

Objetivo:

Consolidar e formalizar todas as informações relevantes do período de medição em um único documento técnico-gerencial. Sua finalidade é subsidiar a Fiscalização do TRT11 com uma análise crítica e abrangente do desempenho da obra, servindo como o instrumento oficial para a validação da medição de serviços da Construtora da obra e para a tomada de decisões estratégicas.

Critérios de Aceitação:

O relatório será considerado aceito quando for submetido via Ambiente Comum de Dados (CDE) nos prazos contratuais, em conformidade com o modelo aprovado no "Plano de Gerenciamento e Fiscalização da Obra", contendo, no mínimo, as seguintes seções devidamente fundamentadas:

1. Análise do Desempenho Físico-Financeiro: Apresentação e análise crítica das curvas de avanço físico e financeiro ("Curva S"), comparando o previsto com o realizado e projetando tendências. Deve incluir a análise do caminho crítico do cronograma e a avaliação do desempenho por meio de indicadores como o Índice de Desempenho de Prazo (IDP) e o Índice de Desempenho de Custo (IDC).
2. Parecer Técnico sobre a Medição da Construtora da Obra: Validação dos quantitativos e serviços medidos pela Construtora da obra, com base nas Fichas de Verificação de Serviço (FVS) aprovadas, nos registros do diário de obras e na verificação do executado em campo. O parecer deve recomendar, de forma justificada, a aprovação total, parcial ou a glosa da medição apresentada.
3. Relatório de Gestão da Qualidade: Consolidação de todas as atividades de controle da qualidade do mês, incluindo um resumo dos ensaios tecnológicos realizados, o status das não conformidades (abertas, em tratamento e encerradas) e o resultado das inspeções de serviço.
4. Relatório de Gestão de Riscos: Atualização da matriz de riscos do projeto, com a análise dos principais riscos monitorados, a descrição das ações de mitigação implementadas no período e a identificação de novos riscos emergentes.

O critério final de aceitação é a aprovação formal do relatório pela Fiscalização do TRT11, que avaliará a consistência dos dados, a profundidade das análises e a qualidade do embasamento técnico para as recomendações apresentadas.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de relatório entregue e aprovado. O pagamento correspondente a este item será efetuado mensalmente, mediante a aprovação do relatório pela Fiscalização do TRT11, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 2.4 - Gestão do Ambiente Comum de Dados (CDE) e Análise de Modelos BIM

Objetivo:

Assegurar que a metodologia BIM e o Ambiente Comum de Dados (CDE) sejam as ferramentas centrais e efetivas para a gestão da informação e o controle da obra do NFTM. A finalidade é garantir a colaboração integrada, a mitigação de riscos e a rastreabilidade de todas as decisões, verificando ativamente se a Construtora da obra está cumprindo suas obrigações de atualização e uso da plataforma.

Critérios de Aceitação:

A atividade será considerada cumprida mensalmente mediante a comprovação da execução sistemática das seguintes atividades, a serem evidenciadas por meio de relatórios de auditoria e registros na própria plataforma:

1. Auditoria do Uso do CDE pela Construtora da Obra: Verificação contínua para assegurar que a Construtora da obra está utilizando o CDE como canal único para toda a comunicação formal. Isso inclui, por exemplo, o fluxo de informação onde a Construtora submete um documento via plataforma, a Gerenciadora analisa e emite seu parecer, e a Fiscalização do TRT11 realiza a aprovação final, mantendo todo o histórico registrado e rastreável.
2. Validação do "Como Construído" (As-Built) Contínuo: Análise técnica dos modelos BIM atualizados continuamente pela Construtora da obra, verificando se os serviços executados em campo estão sendo fielmente representados no modelo, em um processo de atualização contínua. Verificação de que o modelo atende à especificação de Nível de Desenvolvimento LOD 500, o que implica que os elementos não são apenas representações genéricas, mas contêm informações precisas do produto efetivamente instalado, verificadas em campo. A Gerenciadora deverá comparar o avanço físico real com o avanço registrado no modelo digital, apontando eventuais discrepâncias.
3. Verificação de Interferências (Clash Detection) em Modelos Atualizados: Realização de análises automatizadas de detecção de interferências nos modelos BIM federados, utilizando as versões mais recentes fornecidas pela Construtora. A Contratada deverá gerar relatórios de conflitos, conduzir reuniões de compatibilização e acompanhar a implementação das soluções de projeto.
4. Suporte e Controle do Processo BIM: Prestação de suporte contínuo à equipe de Fiscalização do TRT11 no uso da plataforma e, ao mesmo tempo, cobrança formal da Construtora da obra para o cumprimento dos ritos e prazos estabelecidos no Plano de Execução BIM, como a atualização semanal do modelo e o lançamento de informações de progresso.
5. O critério final de aceitação é o ateste mensal, pela Fiscalização do TRT11, de que as atividades de gestão e, principalmente, de controle e auditoria do processo BIM foram realizadas de forma satisfatória.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Critério de Medição:

A medição será realizada por mês (MÊS). O pagamento correspondente a este item será efetuado mensalmente, mediante a comprovação do cumprimento dos critérios de aceitação, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 2.5 - Relatórios Técnicos Específicos (Extraordinários)

Objetivo:

Prover à Fiscalização do TRT11 suporte técnico especializado e aprofundado para a análise de situações não rotineiras, que exijam investigações, estudos ou pareceres que transcendam o escopo da fiscalização contínua. A finalidade é subsidiar a tomada de decisão da Administração com embasamento técnico robusto e independente diante de eventos complexos ou imprevistos.

Critérios de Aceitação:

A execução deste serviço será acionada por demanda formal da Fiscalização do TRT11. O relatório técnico correspondente será considerado aceito quando responder de forma completa, conclusiva e devidamente fundamentada à solicitação, abordando o escopo específico definido para cada demanda. Exemplos de escopo para este item incluem, mas não se limitam a:

1. Análise de Pleitos da Construtora da Obra: Elaboração de parecer técnico detalhado sobre solicitações de aditivos contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogações de prazo, analisando a pertinência, a documentação comprobatória, os quantitativos e os custos apresentados pela Construtora da obra.
2. Acompanhamento de Comissionamento de Instalações especiais: Fiscalização e validação do processo de comissionamento sistemas especiais, que demande um acompanhamento mais aprofundado e equipamentos antes do comissionamento final.
3. Fiscalização de Ensaio e Testes Especiais: Acompanhamento técnico da execução de ensaios tecnológicos não previstos na rotina de controle, como provas de carga, ensaios de estanqueidade de sistemas específicos, entre outros, com a emissão de relatório conclusivo sobre os resultados.
4. Estudo de Soluções de Engenharia: Análise de viabilidade técnica e financeira de soluções de engenharia alternativas propostas pela Construtora da obra ou pela própria Fiscalização, para a otimização de custos, prazos ou desempenho.

O critério final de aceitação é a aprovação do relatório pela Fiscalização do TRT11, que avaliará se o escopo da demanda foi integralmente atendido e se o parecer fornece os subsídios necessários para a sua tomada de decisão.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de relatório entregue e aprovado. Para cada demanda, será acordado previamente com a Fiscalização do TRT11 o escopo detalhado dos serviços. O pagamento, baseado no valor unitário de referência da planilha orçamentária, poderá ser ajustado conforme a complexidade e as horas técnicas estimadas, mediante prévia concordância entre as partes.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

FASE 3.0: ENCERRAMENTO E COMISSIONAMENTO (Marcos Finais)

Item 3.1 - Assessoramento ao Comissionamento e Relatório da Certificação de Eficiência Energética

Objetivo:

Assegurar que a edificação, em sua condição final de operação, atenda integralmente aos requisitos de desempenho energético e de sustentabilidade definidos em projeto, culminando na obtenção do Selo Procel Edificações Nível A. A finalidade é validar, de forma sistemática e documentada, que os sistemas prediais não apenas funcionam individualmente, mas operam de forma integrada e eficiente, conforme as premissas que justificaram o investimento.

Critérios de Aceitação:

O serviço será considerado concluído após a execução de todas as etapas de gestão do comissionamento e a aprovação do relatório final pela Fiscalização do TRT11. As atividades mínimas a serem executadas são:

1. Elaboração do Plano de Comissionamento: Desenvolvimento, em conjunto com a Construtora da obra e a Fiscalização do TRT11, de um plano detalhado que estabeleça os protocolos, os procedimentos, os responsáveis e o cronograma para os testes de todos os sistemas (climatização, iluminação, automação, envoltória, etc.).
2. Acompanhamento dos Testes Funcionais e Integrados: Presença e fiscalização ativa durante a execução de todos os testes funcionais (verificação de componentes individuais) e, crucialmente, dos testes integrados (simulação de cenários de operação real para verificar a interação entre os sistemas), registrando os resultados e as não conformidades.
3. Análise dos Resultados e Gestão de Correções: Análise crítica dos dados e relatórios gerados durante os testes, comparando os resultados obtidos com os parâmetros de desempenho exigidos pelo projeto e pelo Selo Procel. Inclui a gestão, junto à Construtora da obra, do plano de ação para a correção de todas as deficiências identificadas.
4. Elaboração do Relatório Final de Comissionamento: Consolidação de todo o processo em um relatório final, que deverá conter, no mínimo: o plano de comissionamento, os registros de todos os testes realizados, a análise conclusiva dos resultados e o parecer técnico final atestando que a edificação está apta a receber a certificação de eficiência energética.

O critério final de aceitação é a aprovação formal do relatório pela Fiscalização do TRT11, que avaliará a completude do processo e a robustez do parecer técnico emitido.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) do produto final entregue e aprovado. O pagamento correspondente a este item será liberado na medição subsequente à aprovação formal do "Relatório Final de Comissionamento" pela Fiscalização do TRT11, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 3.2 - Análise e Validação do Modelo "Como Construído" (As-Built) em BIM

Objetivo:

Formalizar a aceitação final do "Gêmeo Digital" da edificação, garantindo que o TRT11 receba da Construtora da obra um modelo BIM que seja fiel à realidade construída, completa e funcional. Este item representa a consolidação e a auditoria final do processo de elaboração do *as-built*, que deve ser desenvolvido continuamente pela Construtora da obra e validado periodicamente pela Contratada, conforme as atribuições do Item 2.4 - Gestão do Ambiente Comum de Dados (CDE) e Análise de Modelos BIM.

Critérios de Aceitação:

O serviço será considerado concluído após a execução de uma auditoria completa do modelo BIM "*as-built*" e a aprovação, pela Fiscalização do TRT11, do relatório de validação correspondente. A auditoria deverá verificar, no mínimo:

1. Fidelidade Geométrica e de Localização: Conferência, por amostragem e com o uso de equipamentos de medição, da correspondência entre as dimensões, a localização e a geometria dos principais elementos construídos (paredes, shafts, equipamentos) e sua representação no modelo digital.
2. Conformidade com o Nível de Desenvolvimento (LOD) 500: Verificação de que o modelo atende à especificação de Nível de Desenvolvimento 500, o que implica que os elementos não são apenas representações genéricas, mas contêm informações precisas do produto efetivamente instalado, verificadas em campo.
3. Integridade das Informações para Operação e Manutenção: Auditoria dos dados não gráficos inseridos nos elementos do modelo. A Contratada deverá verificar se informações essenciais para a Operação e Manutenção, como fabricante, modelo do equipamento, data de instalação, período de garantia, fornecedor e manuais técnicos, foram corretamente vinculadas aos respectivos componentes no modelo BIM.
4. Elaboração do Relatório de Auditoria: Emissão de um relatório detalhado que apresente a metodologia da auditoria, os resultados das verificações (geométricas e de informação) e um parecer técnico conclusivo, recomendando a aceitação do modelo "Como Construído" ou listando as não conformidades que a Construtora da obra deverá corrigir antes da entrega final.

O critério final de aceitação é a aprovação formal do relatório de auditoria pela Fiscalização do TRT11, atestando que o processo de validação foi executado de forma rigorosa.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) do produto final entregue e aprovado. O pagamento correspondente a este item será liberado na medição subsequente à aprovação formal do "Relatório de Auditoria do Modelo 'Como Construído' em BIM" pela Fiscalização do TRT11, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Item 3.3 - Relatório Final de Encerramento da Obra

Objetivo:

Formalizar o encerramento técnico e administrativo do contrato de gerenciamento, consolidando todo o histórico e o conhecimento adquirido ao longo da obra em um dossiê final. A finalidade é prover à Fiscalização do TRT11 o suporte técnico indispensável para os ritos formais de recebimento provisório e definitivo da obra, assegurando que todas as obrigações contratuais da Construtora da obra foram cumpridas e que a transição para a fase de operação seja segura e bem-informada.

Critérios de Aceitação:

O serviço será considerado concluído após a entrega e aprovação, pela Fiscalização do TRT11, de um conjunto de documentos finais que compõem o Dossiê de Encerramento, contendo, no mínimo:

1. Análise Crítica e Validação do Manual de Uso, Operação e Manutenção: Verificação completa do Manual entregue pela Construtora da obra, atestando que o documento está em conformidade com a NBR 14037, que abrange todos os sistemas e componentes instalados, que as informações são claras e suficientes para a equipe de manutenção do TRT11 e que está devidamente integrado (por hiperlinks ou referências) ao modelo BIM "Como Construído".
2. Relatório Consolidado da Obra e "Lições Aprendidas": Elaboração de um relatório final que apresente o histórico consolidado do empreendimento, incluindo a análise final de custos e prazos, os principais desafios enfrentados e as soluções adotadas. Deverá conter uma seção específica de "Lições Aprendidas", com recomendações para futuros projetos do TRT11.
3. Parecer Técnico para o Recebimento Provisório: Emissão de um parecer técnico fundamentado que subsidie o ato de Recebimento Provisório da obra. Este documento deverá atestar a conclusão de todos os serviços, listar eventuais pendências não impeditivas (se houver) e recomendar formalmente o recebimento, marcando o início da contagem do prazo de garantia.
4. Parecer Técnico para o Recebimento Definitivo: Após o decurso do prazo de garantia, a Contratada deverá realizar uma vistoria final na edificação e emitir um novo parecer técnico que subsidie o ato de Recebimento Definitivo, atestando a solidez e a perfeição da obra e recomendando a liberação das garantias contratuais da Construtora da obra.

O critério final de aceitação é a aprovação formal de todo o Dossiê de Encerramento pela Fiscalização do TRT11.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) do conjunto de produtos finais entregues e aprovados. O pagamento correspondente a este item será liberado na medição final do contrato, após a aprovação de toda a documentação de encerramento, conforme o valor definido na planilha orçamentária.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

FASE 4.0: ACOMPANHAMENTO DE ENSAIOS DE DESEMPENHO

4.1 - Ensaio de impacto de corpo duro em parede

Objetivo:

Verificar a resistência das paredes (fachadas e internas) aos impactos de corpo duro, simulando choques acidentais de pequena área de contato, conforme o requisito da ABNT NBR 15575-4. A finalidade é assegurar que o sistema de vedação resista a tais impactos sem apresentar fissuras, escamações ou qualquer outro dano além de mossas localizadas.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido conforme a metodologia da ABNT NBR 15575-4 Anexo B, com a aplicação de impactos por meio de esferas de aço em movimento pendular, e que o relatório do laboratório registra as profundidades das mossas e a ausência de danos inaceitáveis, validando o desempenho do sistema.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.

4.2 - Ensaio de impacto de corpo mole em parede

Objetivo:

Verificar a resistência das paredes (fachadas e internas) à energia de impacto proveniente de choques acidentais de grande área de contato, como o de um corpo humano, conforme o requisito da ABNT NBR 15575-2 Anexo C. A finalidade é garantir a integridade e a estabilidade do sistema de vedação quando submetido a estes esforços.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido com a aplicação de impactos de um saco de 40 kg solto de alturas estabelecidas, e que o relatório do laboratório comprova que, após o ensaio, a parede não apresentou fissuras, falhas, ruptura ou instabilidade, validando o desempenho do sistema.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

4.3 - Ensaio de Capacidade de cargas suspensas em teto

Objetivo:

Verificar se o sistema de forro ou teto possui a capacidade de suportar as solicitações de cargas suspensas, como armários, prateleiras, redes e lustres, conforme o requisito da ABNT NBR 15575-4. A finalidade é assegurar a segurança dos usuários e a integridade do sistema quando submetido à fixação de objetos.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido com a instalação de dispositivos de fixação e a aplicação de cargas conforme a norma, e que o relatório do laboratório evidencia a ausência de danos como fissuras, deslocamentos, lascas ou rupturas no sistema de teto, validando sua capacidade de suporte.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.

4.4 - Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo de fachada

Objetivo:

Avaliar o desempenho acústico do sistema de vedação externa (fachada), determinando a Diferença Padronizada de Nível Ponderada a 2 metros de distância da fachada (D2m,nT,w), conforme a ABNT NBR 15575-4 e a ISO 16283-3. A finalidade é garantir que a fachada proporcione o conforto acústico interno adequado aos níveis de ruído do entorno.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que as medições foram realizadas corretamente, com a geração de um campo sonoro externo e a medição dos níveis de pressão sonora dentro e fora do ambiente receptor, e que o relatório do laboratório apresenta o valor de D2m,nT,w, permitindo sua comparação com os critérios de desempenho da norma.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

4.5 - Ensaio de Desempenho Acústico - Ruído aéreo entre paredes

Objetivo:

Avaliar o desempenho acústico do sistema de vedação vertical interna (paredes divisórias entre ambientes), determinando a Diferença Padronizada de Nível Ponderado entre Ambientes (D'nT,w), conforme a ABNT NBR 15575-4 e a ISO 16283-1. A finalidade é garantir a privacidade e o conforto acústico entre unidades autônomas.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido com a geração de ruído rosa no ambiente emissor e a medição dos níveis de pressão sonora nos ambientes emissor e receptor, além da medição do tempo de reverberação, e que o relatório do laboratório apresenta o valor de D'nT,w, permitindo sua comparação com os critérios de desempenho da norma.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.

4.6 - Ensaio de impacto de corpo mole em porta

Objetivo:

Avaliar a resistência do sistema de porta à energia de impactos acidentais, simulando choques gerados pelo uso da edificação ou tentativas de intrusão, conforme a ABNT NBR 15575-4 e ABNT NBR 15930-2. A finalidade é garantir a segurança e a durabilidade do conjunto porta/batente/ferragens.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido conforme a metodologia normativa, e que o relatório do laboratório comprova o atendimento aos critérios de desempenho, sem falhas que comprometam a funcionalidade e a segurança da porta.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

4.7 - Ensaio de Resistência de Aderência à Tração de Revestimentos

Objetivo:

Determinar a resistência de aderência à tração de revestimentos de fachada e paredes externas, sejam eles cerâmicos com argamassa colante (ABNT NBR 13755) ou de argamassas inorgânicas (ABNT NBR 13528-2). A finalidade é assegurar a durabilidade e a segurança do sistema de revestimento, prevenindo o risco de deslocamento.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio de arrancamento foi realizado conforme a metodologia normativa aplicável, com a correta preparação dos corpos de prova "in loco", e que o relatório do laboratório apresenta os valores de resistência de aderência e o tipo de ruptura, permitindo a validação da conformidade do sistema.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.

4.8 - Ensaio de impacto em Guarda-Corpos

Objetivo:

Verificar a resistência e a segurança do sistema de guarda-corpos ao esforço de impacto, conforme a ABNT NBR 15575 e ABNT NBR 14718. A finalidade é garantir a proteção contra quedas, assegurando que o sistema resista a impactos acidentais sem colapsar ou apresentar danos que comprometam sua função.

Critérios de Aceitação:

O serviço de acompanhamento será considerado aceito quando o parecer técnico da Contratada atestar que o ensaio foi conduzido conforme a metodologia normativa, e que o relatório do laboratório comprova que o guarda-corpo resistiu ao impacto sem apresentar ruptura, desprendimento ou deformação permanente que coloque em risco a segurança dos usuários.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (UND) de parecer técnico emitido e aprovado pela Fiscalização do TRT11. O pagamento será liberado na medição subsequente à aprovação do parecer, conforme o valor definido na planilha orçamentária do contrato.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11) está conduzindo a contratação para a retomada da construção do Novo Fórum Trabalhista de Manaus, com investimento previsto de R\$ 91 milhões. Trata-se de uma obra de grande porte e complexidade técnica, cuja execução será realizada com uso da metodologia BIM – Building Information Modeling, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.888/2023.

Embora a equipe de engenharia do TRT11 seja tecnicamente qualificada, não dispõe, atualmente, de estrutura humana e logística suficientes para acompanhar, em tempo real, todos os aspectos da execução de uma obra dessa natureza, que envolve múltiplas frentes simultâneas, integração de disciplinas e interoperabilidade de modelos digitais.

Nesse contexto, a contratação de apoio técnico-operacional especializado em **fiscalização subsidiária** mostra-se essencial para ampliar a capacidade de acompanhamento das atividades em campo e no ambiente BIM, assegurar o controle da qualidade dos materiais e serviços, verificar a conformidade com os projetos e normas técnicas, além de elaborar relatórios técnicos consistentes que subsidiem a tomada de decisão da fiscalização oficial da Administração.

Diante da iminente licitação para a retomada das obras do Novo Fórum Trabalhista de Manaus e da alta complexidade envolvida em sua execução, constata-se a necessidade de contratação de empresa especializada em **fiscalização subsidiária** para atuar em apoio à equipe interna do Núcleo de Engenharia e Arquitetura do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

A contratação visa garantir que a execução ocorra em conformidade com os projetos executivos, prazos contratuais, normas técnicas vigentes e os parâmetros de qualidade exigidos pela Administração Pública, especialmente considerando que a obra será conduzida com uso da metodologia BIM (Building Information Modeling), exigindo integração entre modelos digitais, processos colaborativos e gestão estruturada de informações ao longo de todo o ciclo de vida do empreendimento.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

A fiscalização subsidiária, nesse contexto, permitirá à equipe técnica do Tribunal ampliar sua capacidade operacional para acompanhar a obra em campo e no ambiente virtual de dados, assegurando a verificação contínua das entregas, rastreabilidade de decisões e maior controle sobre a conformidade dos serviços executados. Essa atuação mitigará riscos de falhas técnicas, retrabalhos, aditivos indevidos ou atrasos, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a integridade contratual da execução.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, com o objetivo de assistir e subsidiar a fiscalização da execução da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, mediante assessoramento técnico-operacional, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, alínea *d*, da Lei nº 14.133/2021, consistente na fiscalização, supervisão e/ou gerenciamento de obras e serviços de engenharia. A atividade requer conhecimento técnico aprofundado, capacitação profissional específica e experiência compatível com a complexidade do objeto contratual, não sendo passível de execução por meio de padrões genéricos de mercado.

Tais serviços envolvem análise crítica, julgamento técnico, verificação da conformidade com projetos, normas e legislações aplicáveis, bem como a elaboração de relatórios e pareceres que subsidiam a tomada de decisão pela Administração Pública, razão pela qual são enquadrados como de natureza intelectual e estratégica para a boa gestão do contrato e para o alcance dos resultados esperados com a execução da obra.

2 – PREVISÃO DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

O objeto da contratação está alinhado com os dois documentos macros de planejamento do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, quais sejam:

Planejamento Estratégico Institucional – ciclo 2021/2026

Macrodessaafios: Promoção da sustentabilidade, Agilidade e produtividade na prestação jurisdiccional;

Objetivo estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade.

Plano de Gestão da Presidência – biênio 2024/2026

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá recair sobre empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnico-profissional e técnico-operacional compatível com o objeto, para prestar apoio à fiscalização da execução da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM). A atuação se dará em campo e no ambiente digital, com base em metodologia BIM, conforme condições definidas no Termo de Referência.

A natureza da contratação exige:

Disponibilidade de equipe técnica multidisciplinar, com experiência comprovada em fiscalização de obras públicas de grande porte e complexidade técnica, preferencialmente executadas com uso de BIM;

A fiscalização se dará por meio da presença diária e contínua da equipe de fiscalização no canteiro de obras, emitindo relatórios diários e detectando possíveis incorreções, supervisionando as etapas construtivas, assegurando o cumprimento dos prazos e custos previstos para a edificação, avaliando se todos os pontos do contrato e documentações estão sendo seguidos adequadamente e se todos os requisitos para início e continuidade da obra estão sendo cumpridos, além de apoio à

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

análise de interferências e à rastreabilidade de decisões em ambiente digital BIM, dentre outras atividades correlatas à execução da fiscalização.

Supervisão direta dos trabalhos pela equipe oficial da Administração, com comunicação sistemática entre os representantes da contratante e da contratada;

Exigência de experiência mínima comprovada por meio de atestados técnicos pertinentes a serviços de fiscalização, supervisão, gerenciamento ou apoio técnico de obras de engenharia, contendo elementos compatíveis em natureza, complexidade, metodologia (BIM) e relevância técnica;

A licitação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, conforme art. 28, inciso II; art. 33, inciso IV; art. 36, §1º, inciso I; e art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A ponderação será de 70% para a proposta técnica (qualificação da equipe e experiência da empresa) e 30% para a proposta de preços, conforme art. 37, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade do serviço.

O caput do parágrafo 2º e seus incisos I e II, do art. 37, da nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021) estabelece que “Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual” previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por: I – melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

A proposta técnica será avaliada segundo critérios objetivos, a serem descritos no Termo de

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

Referência, com pontuação atribuída à:

- Experiência específica da empresa;
- Experiência com certificação em eficiência energética em execução de obras;
- Composição, formação e experiência da equipe técnica;
- Aderência a obras públicas com uso de BIM.

A empresa contratada deverá comprovar:

- Registro regular no CREA;
- Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pela entidade de classe;
- Balanço patrimonial dos dois últimos exercícios e certidão negativa de falência (art. 69 da Lei nº 14.133/2021);
- Adesão a práticas de sustentabilidade e segurança, conforme normas vigentes (IN SLTI/MPOG nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012 e NR nº 6 – EPI).

A subcontratação dos serviços objeto do contrato não será admitida.

O contrato demandará dedicação técnica efetiva, com equipe compatível com as necessidades da obra e integração direta com a fiscalização oficial. A ausência ou substituição de profissionais-chave deverá ser previamente justificada e autorizada pela contratante.

A execução dos serviços será de 35 (trinta) meses em conformidade com a estimativa do tempo de duração da obra, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observado o art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

A ordem de serviço para início das atividades da empresa fiscalizadora será emitida no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato com a empresa construtora, de modo a permitir a mobilização adequada da equipe técnica e a articulação prévia com os fiscais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

designados pela Administração.

5 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Será contratado um serviço de engenharia, de assessoramento e apoio técnico, por um prazo determinado de 41 (quarenta e um) meses.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR (MEMÓRIAS DE CÁLCULO)

A estimativa do valor da contratação, estimado em R\$ 5.990.081,05, estará disposta numa tabela que contém informações do orçamento sintético, na forma de anexo, neste estudo.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, realizado em trabalho relativo à fiscalização, assessoramento, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA serão em forma de documentos e relatórios.

Com esta licitação se busca contratar empresa especializada na prestação de serviços de apoio na área fiscalização de obras, pelos motivos expostos no tópico anterior, realizando as seguintes tarefas, entre outras correlatas: elaboração e validação de projetos, de especificações e de orçamentos, e fiscalização de projetos e obras, acompanhando a qualidade de execução desses serviços e demais serviços de engenharia. Tais tarefas envolvem a necessidade de serviços de diversos profissionais a serem descritos no Termo de Referência.

As atividades a serem desenvolvidas pela contratada envolverão, basicamente, as seguintes etapas:

A primeira fase ocorrerá durante a execução da obra. A equipe de apoio à fiscalização atuará no controle dos prazos estabelecidos, da qualidade dos materiais utilizados, da medição e da conformidade dos serviços entregues pela Executora da obra. Além disso, o acompanhamento e a

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

fiscalização da execução deverão ocorrer durante toda a obra de construção, sempre acompanhados de boletim de medição, de relatório de acidente de trabalho e de relatórios diários, semanais e mensais da obra.

Na segunda etapa, a qual ocorrerá após a conclusão da obra, a empresa fiscalizadora realizará a verificação final dos trabalhos realizados e auxiliará a fiscalização desta SR/PF/SE no recebimento definitivo da obra de construção.

A equipe de profissionais deverá ficar alocada no canteiro de obras do Novo Fórum Trabalhista de Manaus em alguma das salas disponibilizadas, podendo realizar as atividades de acordo com as necessidades da Contratante. Justifica-se a obrigatoriedade de alocação dos profissionais na obra pela integração que deverá ficar estabelecida entre estes e a equipe de fiscalização, e para melhor acompanhamento, supervisão, delegação de tarefas e desenvolvimento dos trabalhos.

Por atender aos requisitos do Art. 17 da IN 05/2017/MPOG, quais sejam:

Os empregados ficarão à disposição nas dependências do canteiro de obras do Novo Fórum Trabalhista de Manaus para a prestação de serviços;

A administração, em documento de planejamento posterior, poderá exigir dedicação exclusiva para determinados profissionais na execução do objeto;

A contratada possibilitará a fiscalização pelo TRT 11 quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados ao contrato.

Após o levantamento das informações supracitadas neste estudo, a solução proposta se constitui no seguinte objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio à fiscalização da obra de construção do Novo Fórum Trabalhista de Manaus.

7 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Por se tratar de um serviço de assessoramento e apoio técnico à fiscalização, de forma

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

sequencial, por 30 (trinta) meses, a ser prestado por uma empresa especializada de engenharia a ser contratada para essa finalidade, onde as etapas de serviços mensais estão inter-relacionadas umas com as outras, não havendo a possibilidade técnica de serem fracionadas, que permita a existência de mais de uma prestadora, **o parcelamento dos serviços não se aplica.**

8 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que, após análise técnica das condições apresentadas e considerando os elementos constantes nos estudos preliminares, nos documentos instrutórios e nas justificativas ora acostadas, restou evidenciada a viabilidade técnica, jurídica, orçamentária e operacional da presente contratação, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Manaus-AM, 20 de agosto de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

ANEXO I – MAPA DE RISCO

Risco	Causa	Dano/Consequência	Ação Preventiva	Ação de Contingência
1. Incapacidade técnica da empresa contratada	Empresa sem experiência comprovada em obras BIM de grande porte	Atrasos na análise de modelos e interferência na fiscalização	Exigir atestados técnicos compatíveis com o objeto, incluindo uso de BIM	Rescisão contratual e nova contratação emergencial
2. Não entrega dos relatórios no prazo	Falta de estrutura ou planejamento da contratada	Comprometimento do cronograma da fiscalização oficial	Definir prazos e penalidades em contrato; acompanhamento semanal	Aplicação de penalidades contratuais e reunião de realinhamento
3. Divergência entre modelos BIM e realidade da obra	Falha de comunicação entre contratada e executora	Perda de confiabilidade da fiscalização e retrabalho	Exigir metodologia de verificação em campo com checklists e fotos georreferenciadas	Solicitação de reapresentação dos relatórios com correção
4. Falta de compatibilidade de software	Ferramentas BIM incompatíveis entre contratante e contratada	Impossibilidade de troca e análise de arquivos	Definir previamente os softwares obrigatórios e formatos aceitos	Solicitar conversão ou substituição de equipe/hardware
5. Equipe técnica subdimensionada	Proposta de equipe com poucos profissionais ou sem respaldo	Fiscalização subsidiária ineficaz	Avaliar composição da equipe na fase de julgamento; exigir responsáveis com CREA	Solicitação de reforço de equipe sob possibilidade de aplicação de penalidade

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FISCALIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA – OBRA DO NFTM

6. Troca constante de profissionais pela contratada	Rotatividade interna ou má gestão de pessoal	Perda de continuidade e reproprocessamento de análises	Estabelecer cláusula de estabilidade mínima de profissionais-chave	Substituição imediata e registro de ocorrência contratual
7. Ausência de integração com a equipe oficial do contratante	Falta de reuniões, atas, ou uso de ferramentas colaborativas	Redução da efetividade da fiscalização conjunta	Exigir cronograma de reuniões e relatórios integrados	Convocação extraordinária e revisão de plano de trabalho



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026
(Processo Administrativo n.º MA-1642/2026)**

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2025/TRT11

**CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº __/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 11ª REGIÃO E A EMPRESA**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.671.187/0001-18, com sede na Rua Visconde de Porto Alegre, n.1265, Bairro Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus/AM, CEP: 69.020-130, neste ato, representado pelo Sr. **ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA**, Diretor-Geral, portador da Matrícula Funcional nº ____, nomeado em conformidade ao Regime Interno Deste Tribunal, doravante denominado CONTRATANTE e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº MA-385/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº __/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços técnicos especializados de fiscalização de execução de obras, com o objetivo de apoiar e subsidiar a equipe de fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região no acompanhamento e controle da execução do remanescente da obra do Novo Fórum Trabalhista de Manaus, nas condições estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Gerenciamento e fiscalização de obras de construção civil	1341	unidade	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **41 (quarenta e um) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no item 4.24 do Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar, além das descritas no item 15 do Termo de referência: execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quando ao início de processo administrativo para apuração de descumprimentos de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:

8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para **habilitação na licitação**;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Realizar os serviços nos seguintes locais:

9.36.1. Local Principal: Os serviços de gerenciamento e fiscalização serão prestados, em sua essência e de forma contínua, no canteiro de obras do Novo Fórum Trabalhista de Manaus (NFTM), localizado no endereço: Esquina da Rua Jonathas Pedrosa com Avenida Tefê, S/N, Bairro Praça 14 de Janeiro, Manaus, Amazonas;

9.36.2 Locais Secundários para Atividades Específicas: Ressalta-se, contudo, que atividades inerentes ao escopo contratual, tais como reuniões técnicas com a empresa Executora ou com a Fiscalização, fornecedores, concessionárias de serviços públicos, agentes de órgãos de licenciamento ou o Organismo de Inspeção Acreditado (OIA), bem como vistorias em fábricas para aprovação de materiais, poderão ocorrer em locais distintos do canteiro de obras. A realização de tais atividades externas deverá ser alinhada com as necessidades do projeto e comunicada à fiscalização da CONTRATANTE.

9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.39. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.40. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.41. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.42. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.43. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.44.Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.45. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.46.Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.47.Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.48.Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.49. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.50. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.50.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.50.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.50.3. florestas plantadas; e

9.50.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.51. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.51.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.51.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.51.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.51.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.52. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.52.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.52.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.52.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.52.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.52.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.52.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.52.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.52.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.53. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.53.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

9.53.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.54. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.55. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia

9.56. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.57. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.58. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

9.58.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.59. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar, e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Indenizações e multas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função **na licitação**, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 de Lei n.º 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Processo Eletrônico nº 385/2025**

- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Cidade de Manaus-AM, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Manaus, data da última assinatura digital.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Representante do TRT11ª Região

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Contratada.

TESTEMUNHAS: